

GERÊNCIA DE TRANSCRIÇÃO DE REUNIÕES

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Comissão: 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Local: Plenarinho II

Município: Belo Horizonte

Data: 18/3/2025

Horário: 10 horas

Folhas: 100

Duração: 3h10min

Presidente: Deputado Tito Torres

Deputados: Deputada Beatriz Cerqueira

Participantes:

- Sr. Artur Freixedas Colito**
- Sr. Bruno Milanez**
- Sr. Euler de Carvalho Cruz**
- Sr. Fernando Baliani da Silva**
- Sr. João Paulo Alvarenga Brant**
- Sr. Julio Cesar Dutra Grillo**
- Sr. Leandro César Ferreira de Carvalho**
- Sr. Luiz Alberto Sartori Inchausti**
- Sr. Roberto Junio Gomes**
- Sr. Sandoval de Souza Pinto Filho**
- Sr. Wallace Alves de Oliveira Silva**
- Sra. Bruna Lopes Coêlho**
- Sra. Joana Moraes Niquini Lima**
- Sra. Lexandra Machado**

O presidente (deputado Tito Torres) - Há número regimental. Declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura.

A Presidência suspende a reunião por tempo indeterminado para que nós possamos aguardar os nossos convidados. Estão suspensos os nossos trabalhos.

- Suspende-se a reunião.

O presidente (deputado Tito Torres) - Estão reabertos os nossos trabalhos. A presidência, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita a sua subscrição.

Esta reunião se destina a debater a importância do Projeto de Lei nº 2.519/2024, que dispõe sobre ações de segurança e fiscalização para pilhas de disposição de rejeitos e resíduos industriais ou de rejeitos, resíduos e estéril de mineração no Estado.

Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Passa-se à 3ª Parte, em sua 1ª Fase, que compreende a audiência pública.

Esta audiência tem a finalidade de debater a importância do Projeto de Lei nº 2.519/2024, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira.

A presidência convida para fazer parte da Mesa: Fernando Baliani da Silva, diretor de Gestão Regional da Secretaria de

GERÊNCIA-GERAL DE TRANSCRIÇÃO E PUBLICAÇÃO
2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da
3ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
18/3/2025 - 10 horas

Pág. 3

Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad -, representando a secretária Marília; Edilson José Maia Coelho, coordenador do Núcleo de Emergência Ambiental da Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam; Roberto Junio Gomes, diretor de Gestão de Barragens e Recuperação de Área de Mineração e Indústria da Feam; João Paulo Alvarenga Brant, promotor de justiça e coordenador da Coordenadoria Estadual de Meio Ambiente e Mineração - Cema -, representando Luciano Luz Badini Martins; Leandro César Ferreira de Carvalho, gerente regional da Agência Nacional de Mineração em Minas Gerais - ANM; Euler de Carvalho Cruz, presidente do Fórum Permanente São Francisco; Julio Cesar Dutra Grillo, vice-presidente do Fórum Permanente São Francisco; Sandoval de Souza Pinto Filho, diretor de Meio Ambiente e Saúde da União das Associações Comunitárias de Congonhas - Unaccon.

Gostaria de comunicar aos nossos convidados que essa parte de baixo é uma extensão da nossa Mesa. Infelizmente não cabem todos aqui, mas a parte de baixo também é uma extensão da nossa Mesa.

Gostaria ainda de convidar para compor a Mesa: Bruno Milanez, professor do Departamento de Engenharia de Produção e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF -, que participa desta audiência pública por videoconferência; Bruna Lopes Coêlho, engenheira ambiental e conselheira do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG -, representando o presidente Marcos

Venícius Gervásio; Lexandra Machado, moradora de Conceição do Pará, da comunidade Casquilho de Cima, e atingida pela Pilha Satinoco.

Passo a palavra à deputada Beatriz Cerqueira, que é autora do requerimento que deu origem a esta audiência pública e autora do projeto, para que possa fazer uso da palavra. A pedido da deputada Beatriz Cerqueira, convidamos a estar conosco também a Sra. Joana Moraes Niquini Lima, secretária da Associação Comunitária do Bairro Fernão Dias - Igarapé - e o Sr. Luiz Alberto Sartori Inchausti, morador de Macacos e membro da Associação de Pessoas Atingidas por Mineração. Agora, com a palavra, a autora do requerimento e autora do projeto de lei, deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira - Presidente, bom dia; bom dia aos nossos convidados e às nossas convidadas. Eu vi alguém aqui que é do MAB e eu gostaria de convidar essa pessoa para estar conosco na parte interna da nossa audiência.

O presidente (deputado Tito Torres) - Fique à vontade.

A deputada Beatriz Cerqueira - Eu quero agradecer ao presidente da comissão, deputado Tito Torres, que prontamente atendeu o nosso pedido de agendar esta audiência. Originalmente esta audiência havia sido marcada para acontecer na semana anterior, mas, em função das dinâmicas da Assembleia, nós a remarcamos. Eu quero também agradecer a gentileza de todos os convidados e de todas as convidadas, pela compreensão da mudança

de data; quero agradecer aos membros da comissão, porque, para que esta audiência seja realizada, é preciso que seja aprovado um requerimento, e ele foi aprovado, por isso estamos aqui; quero agradecer a todas as pessoas que estão compondo esta audiência e a todas as pessoas que dela participam, ainda que não estejam fisicamente presentes, porém acompanhando, de alguma forma, esse debate pelos canais da Assembleia Legislativa.

O Projeto de Lei nº 2.519/2024 foi construído depois de uma audiência pública que eu acho que realizamos nesta mesma sala, neste mesmo plenário, com boa parte dos que estão aqui, onde discutimos a situação absurda que enfrentava a Comunidade de Santa Rita, em Mariana. Aliás, presidente, referida comunidade conviveu, por muito tempo, com a instabilidade de pilhas de rejeito, porque ela não sabia! Ela soube quando foi divulgado pela imprensa. A mineradora, naquela oportunidade, não conversou, não informou, o que é de uma violência e de um desrespeito extremo! Naquele caso, a mineradora era a Vale. Não era? Aí, a partir daquela escuta feita em audiência pública aqui, na comissão, nós construímos esse projeto de lei ouvindo muita gente.

O projeto de lei foi protocolado no dia 18/6/2024. Depois disso, nós vimos a Comunidade de Conceição do Pará enfrentar situação de perigo semelhante. Quando as pessoas vivem alguma violação de direitos provocada por mineradora, eu não sei quais são as nossas experiências aqui, porque cada um tem o seu lugar de atuação e a sua experiência de vida, mas a relação é

muito desigual. A comunidade fica muito sozinha, muito isolada, porque, claro, a mineradora vai ter sempre condição de investir em campanhas publicitárias, investir na construção de narrativas relacionadas àquilo que ela não cuidou e que vai, portanto, prejudicar a vida de toda uma comunidade. E quem se importa com essas comunidades?

Esse projeto de lei é para dizer: nós nos importamos e queremos que tenhamos uma regulação mínima de segurança em relação a essas pilhas de rejeito. Esta é uma audiência importantíssima, porque eu acredito que ela vai além do direito de voz da sociedade, o que eu acho que é um dever do Parlamento. Eu sempre costumo dizer que a nossa presença aqui não substitui a sociedade, a nossa representatividade não a substitui. Nós não temos poderes absolutos enquanto deputados estaduais e nós sempre precisamos construir mecanismos de escuta da sociedade.

Então esta audiência vai ser importante porque ela poderá subsidiar o parecer, uma vez que o projeto virá a esta comissão. Então nós estamos nos antecipando. Ele virá a esta comissão, que é a comissão de mérito, para que possa ser construído um parecer com a escuta da sociedade. Ele não é um projeto perfeito; ele tem a nossa iniciativa e os principais pontos. Eu acredito que a presença de todas as pessoas convidadas será de muita importância para que a gente possa avançar com esse projeto.

Eu quero contar para vocês onde esse projeto está neste momento. Ele está, desde junho do ano passado, na primeira comissão, que é a Comissão de Constituição e Justiça. Quando aconteceu aquela tragédia com a comunidade lá de Conceição do Pará, houve uma repercussão, depois do que aconteceu lá, foi designada uma relatoria para o projeto, e o projeto foi pautado na Comissão de Constituição e Justiça. Para a nossa surpresa, foi aprovado um requerimento de diligência, que ocorre quando a gente pede informações. Só que aquele requerimento, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça no final do ano passado, na minha avaliação e na avaliação de muitos colegas da Casa, invadiu competências, porque a Comissão de Constituição e Justiça vai atestar a constitucionalidade, juridicidade e legalidade de um projeto. A opinião da Semad é tarefa desta comissão porque esta comissão é a comissão de mérito.

Então, às vezes, requerimentos são apresentados para dificultar o andamento do projeto. Claramente foi isso que aconteceu. No momento em que você aprova uma diligência, você impede que aquele projeto seja aprovado na mesma reunião - depois ele não foi novamente pautado. Nós já estamos pedindo que o projeto volte a ser pautado, porque, se acontecer uma outra tragédia, a Assembleia se torna responsável, porque ela poderia ter avançado com uma segurança mínima como a legislação. O projeto foi proposto, presidente, porque não existe uma legislação mínima a respeito, e a Assembleia acaba se tornando responsável por isso,

porque ela poderia ter atuado e não atuou. Então nós estamos batalhando para que o projeto avance. Eu queria compartilhar com todos que estão nesta audiência esse contexto.

Mas eu quero também aproveitar a oportunidade, presidente, de compartilhar como a gente sabe todas essas informações. Todo mundo tem celular? É muito difícil não termos, não é? Então, se nós pegarmos o celular e tivermos acesso à internet, nós poderemos acessar o Portal da Assembleia. A gente vai clicar nesses três pontinhos, do lado de cá, que ficam à minha direita, e a gente vai chegar à atividade parlamentar. Dentro da atividade parlamentar - não há ninguém fazendo junto comigo; sou só eu, mas vocês estão aprendendo, não é? -, a gente vai clicar em projeto de lei. No projeto de lei, você não precisa preencher tudo. Eu vou preencher, por exemplo, só o número. Nós vamos pegar o número 2.519, colocar o ano, porque o ano também vai nos ajudar no filtro, clicar em pesquisar, e vai aparecer o projeto.

Então a primeira coisa que você pode fazer é seguir o projeto, de forma que você será informado pela Assembleia de toda tramitação e movimentação que o projeto tiver. Você vai ter acesso ao conteúdo do projeto - ele está ainda na sua fase original - e vai saber onde ele está. Olhem que vergonha: aguardando diligência em comissão. A diligência foi aprovada no final do ano passado. Aqui consta tudo o que aconteceu. O que estou falando é uma informação pública: a diligência que é aprovada em 12/12/2024; a data em que foi designada a relatoria; a data em que o projeto foi

publicado. Eu protocolei o projeto no dia 18 de junho, e ele foi publicado no dia 2 de julho, que é quando começa a tramitação. Se a situação descrita é: aguardando diligência, isso quer dizer que ainda não foi respondida a diligência de 12 de dezembro.

O presidente (deputado Tito Torres) - Parece que foi respondida. Eu já perguntei.

A deputada Beatriz Cerqueira - Vamos perguntar então? Vamos ver se a diligência foi respondida e se podem nos trazer a resposta da diligência. Trata-se de um pedido de diligência que foi votado na comissão em 11 de dezembro. A diligência foi... É uma diligência pedindo à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para informar se a apresentação do projeto de engenharia, com a anotação de responsabilidade técnica como condição para a utilização de pilhas de dispositivo de rejeitos e resíduos industriais ou de rejeitos e resíduos estéreis de mineração, é a medida apta a prevenir potenciais riscos ambientais associados a essas estruturas; e pedindo à Agência Nacional de Mineração, Regional Minas Gerais, que informe se existe algum conflito entre o texto da proposição e a legislação ambiental atualmente em vigor. Eu quero só lembrar, presidente, que o prazo de diligência é de cinco dias. Então, ainda em 2024, esse projeto poderia ter sido apreciado na Comissão de Constituição e Justiça.

Para não dizer que eu só falei de problemas, eu quero finalizar dando uma boa notícia. Eu estava agora há pouco na
Código do documento: 1581054

Comissão de Constituição e Justiça, e nós estamos numa batalha, desde o ano passado, para que o projeto de lei que cria o Monumento Natural da Serra dos Pires, Congonhas, fosse aprovado - nós temos um convidado que está aqui. Para a nossa alegria, o projeto foi aprovado hoje na Comissão de Constituição e Justiça, e ele deve vir aqui para a comissão, presidente. Quem sabe a gente não pode fazer uma outra audiência para escutar a sociedade civil a respeito da sua importância?

Então eu finalizo celebrando. O que a gente não pode, enquanto sociedade, é desistir. A gente tem que estar sempre no Parlamento, porque a nossa vida é decidida aqui, e quem não quer que esses projetos de proteção da vida e dos territórios avancem está sempre aqui, todos os dias. Dessa forma, nós também precisamos estar sempre aqui todos os dias. Então eu acho que é uma audiência muito importante, nós vamos ouvir os nossos convidados e as nossas convidadas, e seria bom se pudermos ficar dentro do tempo de 5 a 10 minutos.

A minha lista de convidados é sempre extensa, porque todo mundo que está aqui é fundamental. Eu pediria, presidente, se V. Exa. autorizar, que membros do Sindicato dos Servidores do Meio Ambiente, que estão ali conosco, possam vir para a parte interna, para participar da audiência.

São essas as minhas considerações. Eu desejo que tenhamos uma boa audiência e que a escuta que faremos da sociedade contribua para o aperfeiçoamento desse projeto de lei, para que

cuidemos de quem precisa ser cuidado, a população. A população precisa ser cuidada, e essa é a razão de nós estarmos no Poder Legislativo. Obrigada, presidente.

O presidente (deputado Tito Torres) - Vamos começar a ouvir os nossos convidados. Vou passar a palavra para o Bruno Milanez, que está *on-line*, para que ele nos dê a sua contribuição. Você tem a palavra, Bruno.

O Sr. Bruno Milanez - Bom dia a todos os presentes. Bom dia à deputada e aos deputados presentes e a todos os que estão participando deste debate. Meu nome é Bruno Milanez. Eu sou professor da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Juiz de Fora. Só para confirmar: o meu áudio funciona bem para vocês que estão na sala?

A deputada Beatriz Cerqueira - Sim.

O Sr. Bruno Milanez - Sim? Perfeito. Eu vou apresentar alguns comentários gerais - tentarei me limitar ao tempo proposto - a partir de um estudo que fiz sobre a Pilha Cachoeirinha, da Vallourec, em que houve deslizamento em 2022. Farei algumas considerações gerais a partir de estudo desse caso e depois farei algumas considerações sobre o projeto de lei. Eu vou depois encaminhar por escrito essas considerações.

Em primeiro lugar, sobre a concepção do projeto, acho que as coisas que a gente viu na Cachoeirinha têm que ser pensadas: o escorregamento da pilha seguido de extravasamento da barragem que ficava logo a jusante. Há algumas considerações que

devem ser feitas seja para a legislação, seja para a sua regulamentação. Cabe pensar distâncias mínimas entre as estruturas - o contato de pilha contra pilha, por exemplo, possui o risco de gerar um efeito dominó; a presença de uma barragem de sedimentação logo abaixo de uma pilha... É importante fazer essa consideração, tê-la em vista para evitar desastres maiores.

Outra coisa impressionante no caso da Vallourec é que vários projetos não estavam documentados. Então, há a necessidade da manutenção de documentos, de projetos (- Inaudível.) como estão em sua atual situação, sendo atualizados periodicamente.

Sobre o licenciamento: (- Inaudível.) licenciamento ambiental de lá. Uma coisa que já está clara a partir das experiências que a gente teve é o risco associado a essas pilhas. Então, é importante que o licenciamento ambiental passe a incluir uma análise de risco, tanto da pilha quanto de desastre em efeito dominó de estruturas próximas. E, por conta dessa análise de risco, seria importante mudar a configuração de classificação das barragens de rejeito e de estéril. Atualmente, em algumas situações, é possível que elas sejam licenciadas em LAC 1, quer dizer, em licenças concomitantes. E seria importante que fossem pelo menos em LAC 2 ou trifásico, exatamente para haver tempo de se fazer a análise de risco de forma mais aprofundada.

Da mesma forma como aconteceu, atualmente, no caso da Lei Mar de Lama Nunca Mais, seria importante que o estudo de impacto ambiental visse a pilha como um todo e evitasse o seu

Código do documento: 1581054

fatiamiento, evitasse que o licenciamento fosse feito em partes e etapas. Seria importante que a população e o órgão licenciador tivessem uma visão do projeto como um todo. Esses são aspectos que não estão previstos no projeto de lei.

Ainda sobre a vistoria, só para fechar esta parte mais geral: uma coisa que eu verifiquei - de novo: talvez caiba mais regulamentação - é que as vistorias, no caso da Vallourec, são sempre feitas ao final da estiagem e não no período de chuva. Então, há um problema técnico na feitura dessa vistoria. Muitas vezes os parâmetros geotécnicos usados são os de literatura, não sendo usados os dados reais da pilha. Esse é um problema. E também há questões associadas ao fator de segurança, porque às vezes se usa o fator de segurança global e não o dos taludes individuais. Isso também foi um problema que eu identifiquei lá. Essas são algumas questões gerais que poderiam ser incluídas no projeto de lei, se o considerarem pertinente.

Afora isso, farei algumas considerações bem pontuais, para me manter dentro do tempo. Acho que talvez se tenha de rever... A gente está vendo agora toda uma movimentação das mineradoras para dizer que aquilo não é mais rejeito, mas material que vai virar areia sustentável ou estéril que vai ser aproveitado, talvez, numa futura mineração. O fato de vocês estarem usando, nas definições, os termos "material descartado", "material não aproveitável economicamente" pode dar margem para dizerem "Isso daqui não é rejeito, pois vai ser usado no futuro" e

tentarem evitar ser enquadrados na lei. Então, talvez tenhamos que tomar um cuidado para ampliar um pouco essa definição.

Há também uma questão a respeito da terminologia: no art. 4º, são usados os termos "fiscalização" e, mais adiante, "vistorias". Não fica clara a diferença entre um e outro. Então, é importante, nas definições, esclarecer o que quer dizer cada um desses. Além disso, fala-se de "fiscalização periódica", "vistoria periódica". É importante definir o período. Talvez na regulamentação. O período pode ser a cada 5, 10 ou 20 anos - isso é periódico, e a população continua em risco.

Das questões mais relevantes que eu vislumbrei: fala-se das exigências do responsável técnico. Quem é esse responsável técnico? É preciso deixar mais claro se é interno ou externo. É também importante, só para fechar, por causa do tempo... Quero comentar, do art. 7º, o trecho "a partir da observação dos eventos climáticos extremos". Eu acho que a gente tem que ser um pouco mais preciso. Não se trata da observação de eventos, mas de modelos climáticos que levem em consideração os eventos climáticos. Se for a partir de um evento climático, esse evento não é considerado... Acho que há alguns detalhes de redação que, obviamente, vão ser aprimorados.

Eu vou passar essas considerações para vocês depois. Eu me coloco à disposição para qualquer comentário que se faça necessário, seja hoje, seja no futuro. Agradeço pela oportunidade de compartilhar minhas impressões com vocês. Bom dia. (- Palmas.)

O presidente (deputado Tito Torres) - Bom dia. Muito obrigado, Bruno. Ótimas contribuições. Espero que você mande esse material para a gente, porque em breve esse projeto de lei vai chegar a esta comissão. Vamos realmente acatar sugestões e discutir de modo mais profundo, para que esse projeto seja o mais rapidamente possível aprovado em Plenário, a fim de darmos um pouco mais de segurança a nossa população. Muito obrigado pelas suas palavras. Vou passar agora a palavra para Lexandra Machado, moradora de Conceição do Pará, que também participará de forma remota, para que ela dê a sua contribuição. Tem a palavra, Lexandra.

A Sra. Lexandra Machado - Bom dia.

O presidente (deputado Tito Torres) - Bom dia.

A Sra. Lexandra Machado - Bom dia a todos. Obrigada pela oportunidade. A deputada Beatriz Cerqueira se lembrou de nós. Muito obrigada. Eu me chamo Lexandra Machado. Sou empreendedora e vítima direta do rompimento e deslizamento da pilha de rejeitos da Mina Turmalina, da mineradora Jaguar Mining, que está localizada no povoado de Casquilho de Cima, em Conceição do Pará. Venho dar este meu depoimento.

Esse rompimento aconteceu como uma surpresa para nós. Ele ocorreu sem aviso prévio. Nós fomos forçados a sair imediatamente de nossas casas, sem previsão de retorno e sem explicações claras dos motivos desse rompimento. Nós perdemos nosso lar. Eu, que sou empreendedora, perdi a minha fonte de

renda. Isso é bastante preocupante para mim. Essa incerteza provocou, na minha vida, muitas perdas - perdas psicológicas, perda da minha moradia fixa. Ficou mais difícil para mim não ter a convivência com a minha família, principalmente com meu filho, que está morando em outra cidade, mas sempre me visitava. Não houve suporte eficiente da empresa. Eu acredito que os responsáveis poderiam se movimentar mais nessa questão.

E eu fico pensando... Eu pergunto para todos nós aqui: como vou reconstruir a minha vida, sendo que a minha vida estava ali? A minha fonte de renda estava ali, e toda a minha produção econômica, meu sustento, era realizado na minha casa. Eu levava a minha produção para uma pequena loja que tenho, próxima à cidade de Conceição do Pará. Mas ali fica só o ponto de vendas. Então eu fico me perguntando como eu vou reconstruir a minha vida. Essa questão toda me afetou muito, psicologicamente, emocionalmente. Eu estou com muitas incertezas sobre como vai ser o meu futuro. Esse impacto profissional em mim fez com que o meu sonho parasse. Tive que adiar o meu sonho de ter a minha confeitaria, de ter um começo da minha vida nessa cidade. Eu fico pensando também como o comprometimento das famílias pode ser retratado com mais sobriedade, com mais delicadeza. Eu me sinto angustiada e triste pela falta de informação, de clareza, de acesso a informação sobre os riscos que essa pilha de rejeitos pode trazer às nossas vidas.

Eu vejo que é muito importante a regulamentação da Lei nº 2.519/2024, porque isso vai trazer uma maior segurança para

nós, até mesmo porque queremos respostas, procuramos respostas. Por que aquilo estava sendo colocado muito próximo da gente? Por que aquilo foi colocado? Por que aquilo foi deixado por tanto tempo, sem um respaldo? A sociedade precisa disso. Qual é a real situação dessas estruturas?

Eu estou aqui não só pela minha dor, mas também pela dor de muitas pessoas que perderam suas casas, que perderam o seu sustento. Muitas pessoas ali viviam da agricultura, tinham como fonte de renda a criação dos seus bichinhos, dos seus animais, se alimentavam de hortas. É muito difícil para a gente viver com essa incerteza. O que a gente busca? O que eu busco? Que essa legislação venha nos favorecer, que traga para nós uma segurança melhor, porque somos vidas. Somos pessoas, somos vidas. Nós temos ali o nosso lugar para viver, o nosso cantinho. Quem está sofrendo esses impactos somos nós. Somos nós que estamos sendo impactados por essas pilhas que desmoronaram, deslizaram, enfim.

O que vai acontecer com a gente? Qual é o nosso futuro? Qual é o meu futuro? Há muitas incertezas, não está nada claro. E a gente quer até mesmo uma reparação econômica com relação à nossa profissão, ao nosso sustento. É muito difícil conviver com isso. É muito difícil viver nessa incerteza toda. E a gente busca isso. Eu espero que, sendo essa lei aprovada, a gente fique mais feliz, porque o ambiente tem sido de muita tristeza para mim, muita angústia. Eu agradeço a vocês. Não sei se eu falei bem, mas falei

de coração. Quero agradecer a todos vocês. Estamos à disposição mesmo. Muito obrigada.

O presidente (deputado Tito Torres) - Muito obrigado a você, Lexandra. Falou muito bem, mostrando a realidade. É isto que nós da Assembleia Legislativa vamos buscar com mais efetividade: a aprovação desse projeto de lei, que trará mais segurança a toda a população. A deputada Beatriz Cerqueira está sempre nessa luta. Esse projeto de lei está aqui desde o meio do ano passado, e esperamos que ele tenha andamento e que consigamos aprová-lo, a fim de trazer mais segurança à população de Minas. Eu vou passar a palavra agora para o Euler Cruz, presidente do Fórum Permanente de São Francisco, e em seguida a gente vai chamando as outras pessoas. Então, com a palavra, Euler.

O Sr. Euler de Carvalho Cruz - Obrigado, Sr. Presidente, deputada e todos os presentes. Agradeço pelo convite. Vou tentar me ater ao tempo aqui. Já falei isso que vou falar agora, mas acho que é necessário reprisar. Sou engenheiro e, daqui a 2 anos, se estiver vivo, completo 50 anos de profissão. Tenho me perguntado muito nesses últimos anos... Acho que tenho a obrigação de saber alguma coisa depois de 50 anos trabalhando como engenheiro. Sempre trabalhei com cálculo e com projetos. Diferentemente de 90% dos meus colegas - talvez até mais -, trabalho ainda na parte de cálculo. Não só a maioria dos engenheiros que conheço, tanto da engenharia mecânica, quanto da civil etc., como também geólogos etc. passam para a parte administrativa. Então são engenheiros

diretores, que ganham mais. Eles muitas vezes consideram que os engenheiros calculistas são aquele pessoal que não deu certo na vida, que teve que se ater a cálculo, porque não tinha outra coisa, não tinha competência para chegar à presidência ou à diretoria de uma empresa. Esses engenheiros se julgam conhecedores do assunto, apesar de terem perdido contato com a engenharia durante décadas. Eles assinam ARTs e documentos, e o Crea os reconhece como se eles realmente soubessem do que estão falando. Digo isso de uma forma muito tranquila, porque tenho experiência com isso. O primeiro ponto é esse.

Fiquei me perguntando realmente se eu sabia alguma coisa. O que é que sei depois de 50 anos? E a única certeza que realmente tenho é que não podemos ter certeza nenhuma dos resultados dos nossos cálculos e dos nossos projetos. A gente tem esperança de que eles deem certo. Mas, por melhor que seja calculado - e muitas vezes não é -, por mais que a gente tenha cuidado - e muitas vezes não se tem -, por mais que as pessoas que façam os cálculos sejam competentes e honestas - mas muitas vezes são pressionadas de cima para que façam coisas de acordo com a necessidade e a vontade daqueles que estão na direção -, a gente sempre comete erros. E erro, como já falei, é a coisa mais fácil de ser feita no mundo. O difícil é acertar. O erro... A gente erra o dia inteiro. A toda hora estamos errando. Muitas vezes, quando o documento vai para a análise, a pessoa que o analisa não tem aquela experiência necessária para dizer se está certo ou não.

Ainda há mais: a gente não tem acesso aos cálculos feitos pelas empresas, com relação às barragens e às pilhas. Ninguém sabe o que está feito ali. Já faz uns três ou quatro meses que nós, do Fórum Permanente São Francisco, estamos pedindo à ANM acesso aos cálculos das barragens, ao cálculo hidrológico, para saber qual é o evento extremo de chuva que está sendo considerado. A ANM disse que não pode responder, que não tem gente para acessar isso, que não tem o documento, que não lhe é de competência. Já mandamos vários *e-mails*. Agora estou querendo chegar ao diretor da área, o Sr. Paniago. Ou seja, não sabemos o que está sendo calculado. Não temos acesso a isso. Não tem jeito de a sociedade controlar isso. A própria ANM não sabe. Ela recebe o documento, quando o recebe, engaveta-o e aquilo fica ali. Será que alguma dessas pilhas foi calculada? Quem calculou? Qual foi a eficiência do cálculo? Qual foi o fator de segurança, como foi citado pelo Bruno, e outras coisas? Eles pegam dados de literatura de artigo, mas não fazem uma investigação da pilha para saber o que é aquele material que está ali. A mesma coisa ocorre com as barragens.

Ou seja, a gente está brincando de engenharia, está fingindo que está fazendo cálculo. O próprio Crea... O que ele pede? Pede uma ART, a Anotação de Responsabilidade Técnica, que serve só para dizer o seguinte: se a pessoa errar por incompetência, ela vai ser presa. Quem foi preso nos casos de Mariana e de Brumadinho? Ninguém. Para que serve a ART? O Crea por acaso tem uma comissão de engenheiros competentes que fazem

análise dos cálculos para saber se aquele cálculo realmente é engenharia ou enrolação? O Crea não tem essa comissão e diz que isso não é competência dele. Então estamos na mão de quem? De Deus. As pessoas acham que estão calculando, os outros fingem que está calculado, põem o documento na gaveta, e ninguém assume a responsabilidade, porque, depois, quando a coisa acontece, não acontece nada. "Ah, eu não sabia" etc. Nós temos vários exemplos disso - que o digam as vítimas de Mariana e de Brumadinho.

E há mais: houve uma reunião do Copam e da CMI, no ano passado, a respeito das pilhas Fraile de Congonhas. Sandoval está aqui. Nós, do Fórum Permanente São Francisco, fizemos uma nota técnica e citamos um documento importantíssimo do Ministério Público e da Eicon(?), com mais de 250 páginas, extremamente bem feito, muito competente, dizendo o que tem que ser o projeto de uma pilha de rejeito. O documento era impressionante. Um diretor da CSN - desculpe-me, não sei o nome dele - ridicularizou o Fórum Permanente São Francisco e o próprio documento do Ministério Público, dizendo que aquilo não se aplicava, como se ele, engenheiro, soubesse alguma coisa. Ou seja, o interesse da empresa não é a técnica, e sim fazer com que os acionistas tenham lucros exorbitantes e cada vez maiores, independentemente do que seja. Nessa mesma reunião, uma servidora da Semad falou uma coisa importantíssima, que está gravada e que nós temos divulgado. Ela diz que a Semad não tem nenhuma competência de fazer análise de risco e que não está no escopo da Semad analisar risco. Isso não

lhe diz respeito. Ela analisa a questão ambiental. Se vai haver um risco depois, isso está fora. Muito claro, extremamente claro. Então quem faz a análise de risco? Ninguém. Para fazer uma análise de risco, você tem que, inclusive, ter um cálculo bem feito. Não tem.

Então uma lei como essa já deveria ter sido aprovada. A gente escutou da deputada Beatriz a situação que destaco(?). Será que realmente ela vai ser aplicada? Porque se constar nessa lei que isso vai ser definido em regulamento, acabou. Nós vimos, na importantíssima Lei Mar de Lama, que havia regulamento, por exemplo, para caução. Demorou 5 anos para o governo fazer o regulamento, e saiu aquele que saiu. Nós vimos isso aqui, uma vergonha. Já está em investigação pelo Ministério Público, desde o ano passado, para saber o que aconteceu que o governo conseguiu fazer um regulamento daquele. Já apresentamos aqui. Então, se estiver citando regulamentos, essa lei não vai ser efetiva. Ela tem que ser definida no texto da lei. Da parte do Executivo não podemos esperar nada, pelo menos desse Executivo que temos aí. Essa é a verdade. Então vou concluir com uma apresentação rápida, muito rápida. (- Intervenção fora do microfone.) Vou pedir ao pessoal para colocar a apresentação.

- Procede-se à exibição de *slides*.

0 Sr. Euler de Carvalho Cruz - Sábado, 16 de março. Parece que isso foi até um prenúncio do que aconteceria hoje, nesta reunião. Em Itabira, às 12 horas, houve um desmoronamento do

talude da Mina do Meio da Vale. Então está aí. Aliás, tenho que voltar aqui para ver se o vídeo será apresentado. Como é que volta? Aqui. Aquilo foi filmado.

Nós vimos poeira lá. Ou seja, nem chovia. Não estava chovendo na hora. Uma parte da pilha desmoronou. Aquele era um vídeo, que não estou conseguindo passar. Isso é uma fotografia tomada de cima, da parte que desmoronou. A gente vê, lá embaixo, como no caso da Vallourec, que há um dique lá que estava vazio. É a mesma coisa que o Bruno falou: duas estruturas, uma em cima da outra, uma perto da outra. Desmoronou, cai lá e pode transbordar. Então naquela parte que está mais à esquerda, e vocês podem ver que à direita também, onde está mais claro, a pilha está toda erodida. Essa é uma pilha antiga. Aqui a foto é a mesma. Ali também está mostrando mais desmoronamento. Nós vamos dar um *zoom*. Até quem não entende de pilha, olhe isso aí, os taludes verticais, a parte que desmoronou. Isso é uma vergonha. Desculpe-me o termo, mas é uma vergonha que uma empresa como a Vale deixe uma pilha dessa, dentro de Itabira, chegar a esse ponto. Ela está totalmente abandonada. E aí podem dizer: "Não, esse é um pequeno desmoronamento". Esse é um pequeno câncer. Quem diz o que está debaixo dessa pilha e o que vai acontecer da próxima vez?

Então a gente tem perguntas para fazer. Um dos comentários que vi na rede social foi: "Pilhas abandonadas, com erosão, acabando com os taludes e com os sistemas de drenagem, taludes verticais com mato consolidado, tem que haver um

descomissionamento de pilha." Mas como? Vão tirar a pilha e colocá-la onde? Nós já estamos tirando a barragem e colocando a pilha, vamos tirar a pilha e colocá-la onde? A pilha é da Vale, que é uma empresa grande - todo mundo conhece a Vale, não é? -, que tem muito recurso e experiência. Trata-se da Vale de Brumadinho e de Mariana, a mesma Vale. A Vale está em Itabira há 83 anos. A pilha está dentro de uma cidade histórica. Se essa pilha está nessas condições, o que a gente pode perguntar das pilhas das empresas menores e menos experientes e daquelas que estão ocultas aos olhos do público? Falo de pilhas que ninguém sabe que existem. Quem conhecia Conceição do Pará antes do deslizamento? Quem sabia que havia uma pilha daquele tamanho lá e que havia uma empresa com uma mina subterrânea? A gente não sabe como é que estão essas pilhas. Ninguém tem informação. Não há um cadastro de pilhas. A ANM não controla isso. Ninguém sabe onde elas estão nem como foram projetadas.

O presidente (deputado Tito Torres) - Conclua, por favor, Sr. Euler. Temos mais (- Falas sobrepostas.)

O Sr. Euler de Carvalho Cruz - Concluimos. Muito obrigado. Então é isso.

O presidente (deputado Tito Torres) - Muito obrigado ao Euler, presidente do Fórum Permanente São Francisco, pela contribuição. (- Palmas.) Desculpe-me, mas ainda há vários oradores. Peço isso para que a gente possa dar oportunidade a

todos. Vou passar a palavra ao Sandoval de Souza para que faça uso da palavra. O senhor tem a palavra.

O Sr. Sandoval de Souza Pinto Filho - Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, deputada Beatriz. Na sua pessoa, cumprimento a todos os presentes. Queria saber qual dinâmica fica melhor. Tenho uma pequena apresentação e vou passá-la rapidamente. Falo daqui, de costas para vocês? O que fica melhor? Vai passando ali, e a gente dá um jeito aqui. Talvez eu use um microfone desses de trás. Primeiro, quero agradecer à deputada Beatriz, em especial pelo cuidado que tem tido com Congonhas. Estivemos juntos lá, em visitas à Santa Quitéria e ao próprio Pires. A lei lá(?) é uma conquista muito importante. Na fala da deputada Beatriz, do Bruno, da Alessandra e do Euler, vi uma coisa em comum, que é a esperança. Nós estamos aqui por esperança, por esperança, por pessoas, por vida.

Deputada, a senhora falou também do projeto que está tramitando desde dezembro, essa coisa toda. Temos uma correção de um plano municipal de segurança de barragens em Congonhas que estamos tentando corrigir há cinco anos, fazendo requerimentos reiterados. São cinco anos de um assunto importantíssimo que a gente vai ver na apresentação. Então as coisas nesse campo não caminham muito rápido mesmo. Isso é complicado. Estou apresentando um contexto de um licenciamento - trata-se desse licenciamento a que o Euler se referiu, que é a Pilha Fraile - bastante focado na participação popular, no direito à informação e na prevenção.

Estamos com os colegas da Semad aqui. Essas falas que o Euler citou referem-se a esse processo de licenciamento. E a gente precisa mudar um pouquinho o foco.

Eu acho que a esperança nesse projeto é essa, para que os bombeiros e a Defesa Civil passem a acompanhar os licenciamentos e não as mortes, tirar cadáver, ao longo de vários anos, de dentro de lama, essa coisa toda. Então, enquanto a gente estiver com esperança na prevenção, toda vez que eu for chamado, me sentirei muito honrado de estar aqui, na Assembleia, principalmente numa Mesa seleta como esta aqui, hoje. Não sei nem se eu tenho capacitação para estar aqui. Então vamos à apresentação.

- Procede-se à exibição de *slides*.

Eu trouxe esse recorte, esse contexto em Congonhas, que é o licenciamento de uma grande pilha, chamada Pilha Fraile, que já estava, como o Bruno disse, num licenciamento meio que fatiado. Foi licenciada, inicialmente, em fases 1 e 2, e, agora, em 27/5/24, se não me falha a memória - era o Sr. Fernando Baliani, que está na Mesa, quem presidia a reunião da Câmara de Atividades Minerárias do Copam. Esse é um licenciamento de uma pilha com mais de 60.000.000m³ - eu coloquei "mais" porque é muito mais; não é pouco, não -, mais ou menos 300ha e altura máxima de 217m. Ela vai ser localizada às margens do Rio Maranhão e acima... Ela já se encontra em fases 1 e 2, para dentro da área da mineradora, mas vai avançar para fora, no sentido de se aproximar desses bairros

que estão listados: Gualter Monteiro, Cristo Rei, que são os que ficam debaixo da Barragem Casa de Pedra - a deputada esteve lá conosco, não é, deputada? É um negócio meio complicado -, Plataforma Antigo (?), onde nós paramos também, Chacreamento Vista Alegre e Lagoa Comprida. Tudo em Congonhas. Foi licenciado na 111ª Reunião do Copam.

O que está na imagem é a zona urbana de Congonhas de um lado. Todo esse movimento de pilha, o movimento da mineradora, o território da Mineradora CSN, uma parte dele está sendo vista em comparação com a mancha urbana de Congonhas.

Aqui a gente vê uma imagem que está no projeto de licenciamento ambiental, com os dados que vão ficar disponíveis no *site* da Assembleia. O importante é saber esses volumes: 63.480.000m³ numa fase, na fase 3, e mais 13.000.000m³, quase 14.000.000m³ na fase 4, que vão se somar às fases já existentes, 1 e 2.

Esse é o mais importante de todos, a drenagem das chuvas que passa dentro de Congonhas, corta a cidade de Congonhas, passa na porta da loja do Zema, na avenida principal. Essa drenagem vem de Conselheiro Lafaiete, Ouro Branco, Ouro Preto. Então o rio de Congonhas, o canal do Rio Maranhão dentro de Congonhas recebe água de toda essa região amarela. Então é uma drenagem muito perigosa, muito volumosa na época de chuva, é um negócio ... A gente tentou falar isso na CMI Copam, mas como bem disse o Euler, a questão de

risco não é avaliada no licenciamento ambiental, como nos foi dito pela representante do governo do Estado.

Aqui é o rio passando dentro de Congonhas. Ele corta Congonhas diametralmente. Do Trevo do Profeta até nos lugares que nós fomos, na plataforma, deputada Beatriz - a senhora deve estar bem lembrada que nós paramos perto de uma ponte -, o rio corta a cidade de Congonhas todinha. Esse corte é diametral. Aí vocês estão vendo uma das zonas densamente habitada à margem do Rio Maranhão.

Aqui é exatamente o Bairro Residencial Gualter Monteiro, de onde... Desse ponto aí, a gente vê uma ponta da barragem; grande parte dela está atrás desses eucaliptos, tem uma cortina arbórea aí na frente da barragem. Lá em cima já começam as fases 1 e 2 da Pilha Fraile, que vai se estender para a esquerda, para fora dessa foto. Isso aí é a semente do que será a grande pilha - daqui a pouquinho, vocês vão ver uma comparação dela com o aeroporto de Congonhas, em São Paulo. Ali é um diagrama das fases 3 e 4 já colocadas em cima do território, o fluxo do rio, tem ferrovia, residências. A mancha urbana de Congonhas toda abaixo dessa região, porque Congonhas vai estar numa altitude de 865m, 870m, no centro da cidade, perto da loja da família do governador.

É o centro, com prefeitura, hospitais, escola. Estou citando a loja porque é tudo ali, o miolo da cidade. Então está tudo abaixo. O bairro residencial fica a 80m. Esse bairro que vocês estão vendo aí fica a 80m abaixo da crista da barragem, e a

pilha fica à esquerda da barragem. Onde termina a barragem começa a pilha. Tem uma usina de filtragem entre as duas, mas é um território contíguo.

Seguindo - eu não vou ler tudo isso aqui, ninguém precisa se preocupar, viu, deputada? -, eu fiz alguns destaques do licenciamento, que é exatamente o que a gente levou à CMI do Copam que agregava riscos geológicos importantes, aquele projeto, Projeto Agrega(?). O plano de segurança de barragens que a gente está tentando corrigir desde 2020, que está na versão 1.8, alerta que a própria Barragem Casa de Pedra, em caso de rompimento, pode represar o rio e causar uma inundação sem precedentes na cidade toda. Isso é um documento público oficial. Eu não inventei, esse documento está disponível no *site* da prefeitura, inclusive a gente registrou em cartório para não haver mal entendido depois, em caso de troca de versão, essas coisas. Então está disponível no *site* da Assembleia, para quem quiser ler tudo direitinho.

Nesse momento aí a gente fez outro destaque, que é o porte da barragem, 63.000.000m³ - eu já falei desses volumes - e as distâncias dos bairros. As áreas diretamente afetadas desse projeto vão chegar a 141m de um chacreamento, 432m do outro e 715m daquele bairro que fica debaixo da barragem, o Residencial Gualter Monteiro. Os detalhamentos estão todos escritos aí.

Nós ouvimos da Semad, da servidora da Semad, que a gente não é avaliado, como o Euler já disse. Depois eu gostaria de ouvir do Sr. Fernando Baliani e do colega que lida com as barragens, que

está aí na Mesa, Paulo se não me engano, exatamente sobre essa questão aí.

O órgão ambiental, no âmbito do licenciamento, não tem competência de avaliar risco, isso foi dito e também está registrado na ata da reunião, não é, Julio? Um item foi aprovado, como tudo. Eu não posso generalizar, mas a maioria dos projetos que chegam à CMI do Copam são aprovados, a gente sabe disso, quem acompanha, todo mundo sabe, com nove votos favoráveis, nenhum voto contrário, um impedimento e uma abstenção de um representante da Dom Helder Câmara, que foi muito sensato em dizer que a coisa não podia correr desse jeito, que precisava de mais estudos, precisava ser um processo mais bem detalhado.

Aqui é a certidão, Sr. Promotor, que está na mesa, de um pedido... O senhor me desculpe, eu não gravei o nome do promotor.

O Sr. ... - João Paulo.

O Sr. Sandoval de Souza Pinto Filho - Dr. João Paulo, desculpe-me. E desculpem-me também por eu estar de costas para vocês, essa foi a formação que deu aqui. A gente provocou o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, alguns dias antes do licenciamento, para que fosse feito o acompanhamento desse licenciamento. Então tramita esse procedimento no órgão. Está sendo tratado lá pela atual promotora, Dra. Monique, muito diligente por sinal.

Aqui, para que qualquer pessoa tenha noção do porte dessa pilha: à esquerda, a gente projetou o aeroporto de

Congonhas, em São Paulo, em amarelo, sobre o que é o desenho da pilha; à direita, a projeção da pilha em cima do aeroporto. O aeroporto tem um milhão duzentos e tantos metros quadrados; a pilha tem três milhões e tantos metros quadrados. Ali não está dando para ver direito, mas lá na apresentação quem pegar... Ou seja, a pilha corresponde a quase três vezes a área do aeroporto de São Paulo, ao lado de casas, a 100m de casas. Quem vê ali onde está o escrito, à direita do primeiro mapa, bem abaixo, são casas, que vão ficar próximas, vão ficar debaixo. Não são próximas, elas vão ficar à margem do Rio Maranhão, que pode ser estancado, e debaixo da tal pilha quando ela se expandir nas fases 3 e 4.

Aqui é uma imagem que qualquer bombeiro, qualquer pessoa de defesa civil conhece o que é. Essa é a força da drenagem natural. Aí não houve rompimento de barragem, não houve deslizamento de pilha; essa é a condição do Bairro Residencial Gualter Monteiro nas cheias de janeiro de 2022. Esse bairro é exatamente o que fica embaixo da barragem e vai se tornar vizinho da Pilha Fraile nas fases 3 e 4. Está muito pertinente, então fica a reflexão.

Passo diretamente, agora, para a legislação federal, deputada, porque a legislação estadual tem que estar condizente com a federal, ou seja, deve seguir as orientações gerais dela. A gente elenca duas leis que são fundamentais. A principal delas é a Política Nacional de Defesa Civil, que prevê a análise de riscos desde o licenciamento. Eu não vou ler os pontos, mas sobre esse Código do documento: 1581054

aqui, Sr. Fernando Baliani e Sr. Paulo - não é isso? (-
Intervenção fora do microfone.) -, ah, Sr. Roberto, da Semad,
sobre o art. 12-B, eu gostaria muito de destacar que a gente tinha
direito a ser respondido durante a reunião da CMI Copam. O art.
12-B, que foi incluído pela Lei nº 14.750, sancionada pelo
presidente Luiz Inácio em 2023, foi uma evolução da Política
Nacional de Defesa Civil. Ele traz bem explicitamente a emissão de
licença ambiental de instalação prevista na Lei nº 6.938, que é a
Política Nacional de Defesa Civil. Para empreendimentos que
envolvam risco de desastre, fica condicionada a elaboração de
plano de contingência ou de documento correlato pelo empreendedor.
Congonhas desconhece esse plano de contingência, e a participação
popular faz parte tanto dos trabalhos de defesa civil quanto do
próprio licenciamento.

O presidente (deputado Tito Torres) - Pode concluir por
favor, Sandoval?

O Sr. Sandoval de Souza Pinto Filho - Sim. Aqui a gente
fala de prevenção, tirando tudo da própria legislação federal;
está tudo escrito. As nossas sugestões, Sr. Presidente, estão na
própria apresentação, ou seja, a nossa contribuição para a
elaboração da lei, para a evolução do projeto de lei. Em relação
ao mapeamento de áreas de risco, é uma obrigação do Estado,
compete ao Estado, à União e ao município trabalhar essas questões
de prevenção, ações de prevenção, acompanhando a bacia
hidrográfica. Sobre a prevenção de desastres, como eu disse, não

se trata de levar a Defesa Civil e os bombeiros depois do acontecimento; trata-se de levar antes, no licenciamento. Isso é o que consta na lei federal. A legislação federal tem outros pontos. Compete aos municípios... A gente colocou a competência dos municípios, o Plano Diretor, que está sendo revisado em Congonhas...

Aqui está a capa do Plano Municipal de Segurança de Barragens; faz cinco anos que estamos pedindo sua correção pela Prefeitura de Congonhas. É citada a possibilidade de inundação do centro de Congonhas pela barragem Casa de Pedra, no caso de seu rompimento, o que é mais agravado agora pelas pilhas e também pela pilha de Santa Quitéria, quando ela vier, se é que vai vir - tomara que não venha. O Zema desapropriou 261ha em julho de 2024 para fazer outra pilha, que não é essa Fraile; é mais uma em frente a ela.

Aqui está a ata notarial. A gente colocou a definição do Plano Municipal de Segurança de Barragens, a projeção de alagamento e os informes de nove acidentes reais ocorridos no mundo, com pilhas que estão listadas nesse documento em Congonhas, desde 2020. Aqui estão os processos administrativos na prefeitura - a gente mandou essa nota - e a ata notarial em que se cita tudo para que não haja nenhum contratempo. Se alguém não tiver entendido direito essa apresentação, pode ir ao cartório, porque está tudo bem escrito lá. Pode servir para alguém de alguma

empresa que gosta, às vezes, até de processar quem vem falar aqui, na Assembleia.

Muito obrigado. Aí estão minha qualificação e meu **e-mail**. Obrigado a vocês pela atenção. Essa foi a nossa contribuição. (- Palmas.)

O presidente (deputado Tito Torres) - Obrigado, Sandoval, pela contribuição. Espero que esse material possa ficar disponível para a comissão a fim de distribuímos para os colegas. Passo agora ao Julio Grillo. Peço-lhe, Julio, que se atenha ao tempo para que a gente possa realmente ouvir. Teremos a fala do nosso promotor, que também tem horário. Posteriormente à sua fala, passarei a palavra ao promotor João Paulo. Com a palavra, Julio.

O Sr. Julio Cesar Dutra Grillo - Bom dia. Inicialmente queria agradecer o convite. Agradeço, então, novamente, o convite e cumprimento todos. Qual seria o tempo? Eu não sabia que estávamos com tempo marcado. (- Intervenção fora do microfone.) Serão 10 minutos? *Ok*, porque a minha previsão é de cerca de 12 minutos. Eu já havia passado isso antes.

O presidente (deputado Tito Torres) - Só vou passar a palavra rapidamente para a deputada Beatriz.

A deputada Beatriz Cerqueira - Peço-lhe desculpas antecipadamente, Julio, porque, de fato, em nossas audiências é muito importante ouvir a sociedade. Então a gente nem tem um tempo; há um tempo, mas que se ultrapassa. Contudo, nossa audiência possui uma Mesa muito representativa. Então, se pudermos

ter disciplina e manter a fala por 10 minutos, será importante para que possamos escutar todo mundo. Isso é muito importante. (- Falas sobrepostas.)

O Sr. Julio Cesar Dutra Grillo - *Ok*, vou tentar falar o mesmo texto mais rapidamente um pouco.

A deputada Beatriz Cerqueira - Ou 10, ou 12 minutos, tudo bem! Peço-lhe desculpas, mas isso é mesmo muito importante. Todo mundo que está aqui é importante.

O Sr. Julio Cesar Dutra Grillo - Não há problema, eu compreendo. Compreendo perfeitamente.

A deputada Beatriz Cerqueira - Com esse projeto, a gente não está disputando pouca coisa. É muito importante que a gente escute todo mundo e vá se fortalecendo. Aproveito, já que pedi a palavra ao presidente, para dizer que todas as apresentações ficarão disponíveis no Portal da Assembleia. Quero também fazer uma sugestão para todas as pessoas que estão aqui, compondo esta audiência, com seus estudos, com sua representatividade, que se manifestem no projeto de lei. Isso é uma parte possível. Quando você se manifesta...

O Sr. Julio Cesar Dutra Grillo - *Ok*.

A deputada Beatriz Cerqueira - Não se preocupe, seu tempo não está sendo contado. O projeto vai passar por outras três comissões depois da Comissão de Constituição e Justiça: a Comissão de Segurança Pública, a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Desenvolvimento Econômico, se não estou enganada. Para entendermos

a tramitação, em cada comissão, é designado um relator, e esse relator apresenta um parecer que pode respeitar o conteúdo do projeto original, mas também pode sambar no conteúdo original - desculpem-me a expressão popular. Ele pode mudar tudo, pode inverter pontos e pode tornar o projeto tão genérico que ele não vai valer nada - sobre isso acho que o Euler trouxe um bom debate. Isso também pode acontecer. Então a disputa que nós estamos fazendo, ao realizar esta audiência pública, não é pouca coisa. Então é importante que a gente saiba a respeito dessa tramitação.

Então é bacana que as entidades, aqueles que têm conteúdo e quem desejar se manifestem no projeto, porque isso fica no conteúdo para a tramitação, e a gente vai disputando. Gente, nós estamos disputando uma pauta. A diferença é que eu faço a disputa pública. Assim! Eu não... Outros fazem a disputa no *lobby*, no corredor; não vêm para o microfone. A gente vem, põe a cara para o debate e vem. Essa é a diferença da disputa, às vezes, de conteúdo de projetos com essa complexidade e importância.

Então, feito o meu comentário, zere o tempo para começar o do Julio para a gente ter um bom desenvolvimento. Esta audiência está fantástica. Ela é muito importante. Obrigada.

O Sr. Julio Cesar Dutra Grillo - Nós que agradecemos, pode ter certeza disso. Gostaria de começar citando um caso que ocorreu recentemente. Logo após a pilha de rejeitos da Jaguar Mining em Conceição do Pará ter tido um escorregamento parcial, o ambientalista Gustavo Gazzinelli enviou um *e-mail* a diversas

peças da Semad, da ANM, do Ministério Público de Minas Gerais e do Ministério Público Federal com cópia para diversos ambientalistas, solicitando informações sobre os processos que resultaram no licenciamento da pilha, com estéril e rejeito da Mina Turmalina; a área, o volume, a densidade e a tonelagem do material disposto nela; o volume e o peso desprendido da pilha no primeiro evento - é de se supor que, a depender das chuvas, o restante da pilha pode vir a desmoronar; o nome da empresa responsável pelos estudos técnicos e de geotecnia para a implantação da pilha; o plano de contingenciamento atual e de comunicação por parte do Estado para evitar a contaminação do Rio Pará e etc. e tal.

Alguns ambientalistas, dentre eles, eu, acrescentamos àquele *e-mail* outros pedidos de informação, tais como o número, a localização e o resultado das sondagens feitas na área onde se ergueu a pilha; o cálculo e o detalhamento do preparo do solo para suportar o peso estimado da pilha; o cálculo e o dimensionamento do sistema de extravasamento de águas pluviais da pilha; e a inclinação dos taludes da pilha. Eu fiz essas perguntas, inclusive, também baseado no fato de que sou engenheiro, e o meu Crea é o mais antigo de todos, à exceção do Crea do Sartori; é mais antigo, inclusive, que o do próprio Euler.

Após uma extensa troca de *e-mails* cobrando respostas, recebemos um *e-mail* da ANM dizendo que aquelas informações que pedíamos eram sigilosas. Olhem bem, é como se você fosse comprar

um apartamento, e o cara dissesse que o cálculo estrutural e o cálculo de fundação do prédio são sigilosos. É um absurdo.

O Gustavo nos respondeu o seguinte: "Em que pese algumas das informações solicitadas poderem estar, como os senhores alegam, no âmbito do plano de aproveitamento econômico da mina, é de se questionar se as informações solicitadas pelos Srs. Julio Grillo e Euler Cruz, do fórum permanente, referem-se realmente a segredos industriais, razão que, de fato, fundamenta o sigilo de algumas informações constantes no PAE".

Finalmente, em 11/2/2025 - quer dizer, logo agora -, recebemos uma resposta da Ouvidoria da ANM, dizendo: "Prezada Sra. Marcilene Ferreira, chefe de gabinete da Secretaria Nacional de Participação Social" - nós tivemos que apelar para a Secretaria Nacional de Participação Social para que pudéssemos ter uma resposta. Então diz o seguinte: "Entendemos o questionamento sobre todos os lados componentes do PAE serem, de fato, segredos industriais. Porém legislação vigente não diferencia esses dados, caracterizando a divulgação de cópias..." - parará, parará parará, parará. "Então, ademais, a solicitação de dados e resumos de trabalhos técnicos que somente poderiam ser obtidos através do pedido de vistas não é regular, pois estaríamos indiretamente dando vistas ao processo à pessoa que não comprovou sua condição de interessado." Quer dizer, deram um nó na questão. "Então, logo, os seguintes dados não serão fornecidos para acesso de vistas e cópia de processos: o número, localização e resultado de sondagens

feitas na pilha, o cálculo e detalhamento do preparo do solo para suportar o peso estimado, o cálculo e dimensionamento do sistema de extravasamento de águas pluviais e a inclinação dos taludes da pilha."

É importante agora dizer o seguinte: as fotos do rompimento, retiradas do local após o rompimento da pilha, mostram claramente que a base da pilha cedeu. Qualquer pessoa que tenha feito a cadeira de mecânica dos solos olha para aquela pilha e sabe o que aconteceu. A base da pilha não foi calculada para resistir ao peso que foi colocado em cima dela. Ela rompeu num deslocamento que, em mecânica dos solos, chamamos de ruptura por cisalhamento. Foi isso que aconteceu ali. Então, basicamente, a base da pilha não foi calculada e preparada para resistir ao peso da pilha. Isso é um fato. Mas a gente está impossibilitado de provar o fato, porque tanto a ANM, quanto a Semad, todo mundo protege assim: opa, vamos proteger os mineradores aqui, agora; essa informação não pode ser disponibilizada.

Então, muito bem. Voltando no tempo. Agora eu vou voltar no tempo, numa época em que eu estava na Câmara de Atividades Minerárias, antes da sua entrada na câmara. Naquela época em que a gente podia falar antes do início da sessão, porque agora nos colocaram para o final, justamente para já pegarmos uma sessão esvaziada, e não podemos mais falar direito. Voltando no tempo: após o rompimento da Barragem de Brumadinho e da entrada em vigor da Lei nº 23.291, Mar de Lama Nunca Mais, eu estava na CMI(?),

representando as ONGs de defesa do meio ambiente, e as mineradoras começaram a licenciar suas pilhas. Naquele instante - há gravação disto em diversas reuniões -, eu comecei a cobrar que deveria haver sondagens, cálculo e preparo adequado da base para aguentar o peso das pilhas. Deveria haver também um cálculo de sua altura máxima. Isso está gravado em algumas reuniões da Câmara de Atividades Minerárias. A Semad e a ANM, representadas naquele conselho, não deram a menor atenção a esses pedidos. Quando do licenciamento da Pilha Fraile da CSN, em Congonhas, ao questionarmos - eu questionei - a altura prevista de 217m, que significa aproximadamente 430t por metro quadrado, e nós estávamos questionando o preparo da base, alguns dos conselheiros da Câmara de Atividades Minerárias chegaram a tentar nos ridicularizar. Isso está gravado. Eu gostaria muito que hoje estivesse aqui presente o representante da ANM nesse conselho, porque gostaria que agora, após o rompimento da Jaguar Mining, ele se posicionasse como se posicionou naquela reunião. Eu gostaria realmente.

Muito bem. O fato é que certamente não há cálculos para o preparo da base das pilhas que vieram sendo construídas ao longo desses últimos anos, nem cálculos para definir sua altura máxima. Cálculos que deveriam ser realizados para não colocar a sociedade e o meio ambiente em risco. Isso tem que ser feito individualmente, pilha a pilha, porque depende da granulometria, do peso específico do material que está ali e de tudo.

Mas esses cálculos hoje não são feitos, e, se são, são feitos de orelha, como disse o Euler, e não podem ser apresentados em público para sofrer um questionamento sério. A meu ver, a responsabilidade de todos os envolvidos têm sido muito, muito grande. A Semad aceita autodeclarações. Diz que não tem responsabilidade pelas informações recebidas nem pelos riscos do empreendimento. Então o que ela está fazendo ali? Só batendo um carimbo? Impossível. Fica um ano, dois anos para um processo ser licenciado. E você acredita piamente na autodeclaração. Não é responsável pelas informações que estão ali ou omissões que estejam ali. Diz-se assim: eu não mexo com risco, não avalio o risco, azar se isso arrebentar e matar um monte de gente. O problema é deles, não é nosso. Nós não estamos envolvidos com risco.

A ANM disse que as informações sobre cálculos básicos do empreendimento são segredos industriais, e tira o corpo fora. O Ministério Público, na sua última gestão - desculpe-me, não é na gestão de vocês -, dizia que a mineração que se praticava em Minas era sustentável. Isso é uma imensa demonstração de *greenwashing*, porque ninguém consegue discutir, seja do Ministério Público, seja da Semad, a sustentabilidade da mineração, como se pratica em Minas, comigo ou com qualquer um de nós da sociedade civil. Eu já chamei a este debate algumas vezes, e o povo simplesmente não tem coragem de enfrentá-lo, mas fica fazendo *greenwashing*, dizendo que a mineração que se pratica hoje é sustentável.

Por fim, para terminar, eu quero dizer que essas instituições não observam os princípios de precaução e prevenção, e isso para atividades que geram riscos para a sociedade e para o meio ambiente. Geram risco de morte. A meu ver, essa responsabilidade não pode ser atribuída apenas ao empreendedor; ela deveria ser também da Semad, da ANM e do Ministério Público de Minas Gerais.

Então, agora, finalizando de uma forma muito prática, deputados, eu gostaria de pedir à Assembleia Legislativa que solicite à Semad e à ANM para as Pilhas Fraile em Congonhas, com 217m; B3, B4, de Macacos, com previsão de mais de 218m; e do Gandarela, com previsão de mais de 270m: o número, localização e resultado das sondagens feitas na área onde se pretende erguer pilha; o cálculo e o detalhamento do preparo do solo para suportar o peso estimado da pilha; o cálculo da altura máxima da pilha, considerando as características do material que será depositado; o cálculo e o dimensionamento do sistema de extravasamento de águas pluviais da pilha; a inclinação e a altura dos taludes dessa pilha. Vocês vão ver que eles não vão conseguir entregar essas informações, porque elas não existem. E essas pilhas não vão resistir ao peso próprio, podendo provocar ruptura da base ou até mesmo liquefação na base da pilha. O escorregamento de qualquer uma dessas pilhas coloca a sociedade e o meio ambiente em risco, e nos parece que esses cálculos não foram realizados. Estou dizendo

que nos parece, e me parece mesmo, senão qual o motivo para ficar escondendo tanto isso?

Para terminar, esta lei chega em ótima hora. Muito obrigado em nome de toda a sociedade. Esperamos que os riscos de escorregamento das pilhas sejam compreendidos e tratados com mais responsabilidade por todas estas instituições que estão envolvidas neste assunto. Muito obrigado, e desculpa se eu passei um ou dois minutos. (- Palmas.)

O presidente (deputado Tito Torres) - Muito obrigado, Julio, pela contribuição. Passou um minuto só, foram 11 minutos de muito conteúdo. E já peço que passe o seu documento para a nossa consultoria e a nossa assessoria, para que possam fazer os requerimentos.

Eu vou passar a palavra agora ao Dr. João Paulo Alvarenga Brant, promotor de justiça e coordenador da Coordenadoria Estadual de Meio Ambiente e Mineração. Muito obrigado pela presença e participação nesta audiência.

O Sr. João Paulo Alvarenga Brant - Obrigado, Sr. Presidente, deputado Tito Torres. Eu cumprimento V. Exa. e a deputada Beatriz Cerqueira. Eu quero agradecer, em nome do procurador-geral, Dr. Paulo de Tarso, e em nome do nosso coordenador do Caoma, Dr. Luciano Badini, o gentil convite, e dizer que é uma alegria para o Ministério Público estar aqui. Nós somos sempre tão bem recebidos na Assembleia Legislativa. E quero

dizer que a gente está à disposição para fazer este debate. A minha contribuição aqui é muito breve.

Eu encaminhei agora para a deputada Beatriz um documento que já foi até citado aqui pelo Dr. Euler. O nome dele, para ser exato, é *Diretrizes técnicas e socioambientais para projetos de pilha de rejeito de mineração*. É um documento técnico de mais de 200 páginas, que foi feito em março do ano passado. Isso mostra que essa preocupação com a regulamentação da matéria existe na nossa instituição, e já há algum tempo.

Ontem, por coincidência - foi coincidência mesmo, porque esta audiência estava marcada para a semana passada -, eu tive uma reunião com o diretor da ANM e com alguns representantes. De fato, nós estamos vivendo um vácuo normativo. A ANM reconhece que a regulamentação que existe hoje para pilha é... Eu não vou citar literalmente o que foi dito, sob pena de cometer alguma incorreção, mas basicamente eles disseram que a normativa é: construa com segurança. Nós não temos parâmetros adequados para garantir a segurança da população, para garantir o meio ambiente - a poluição ambiental, a contaminação do solo. Nós vivemos, de fato, um vácuo normativo.

Na minha perspectiva, eu quero dizer que confio muito na Assembleia Legislativa. A Lei nº 23.291, que foi citada aqui também pelo Dr. Euler, conhecida como Mar de Lama Nunca Mais, é um avanço significativo na proteção ao meio ambiente no Estado de Minas Gerais. Ela nos deu ferramentas que hoje permitem que o

Código do documento: 1581054

nosso trabalho seja feito da forma como é feito. Eu digo sempre que o papel do Ministério Público nada mais é do que cumprir as leis que são aprovadas aqui. A gente depende fundamentalmente da Assembleia Legislativa para fazer aquilo que os senhores considerem que é correto, que é a vontade do povo de Minas Gerais. Por isso que eu acho importante este avanço.

Todos esses acontecimentos que foram citados aqui, por coincidência ou não, já que a nossa coordenação estadual é de mineração, os colegas pedem o nosso apoio em todos esses casos. O caso de Conceição do Pará, a gente apoia; Itabira, a gente apoia. E a gente tem visto essa dificuldade na prática mesmo do trabalho do dia a dia: isso não é barragem, então aqui essa norma não se aplica. Ah, mas se aplica lá, mas aí não tem. Mas então a gente vai fazer como? Nós vamos fazer as melhores práticas? Não, as melhores práticas, eu também não posso. Eu preciso de uma normativa.

Nós estamos num momento então em que eu me lembro sempre desta frase do doutor Carlos Bruno, que é procurador da República, e os senhores devem conhecer, muito atuante também no Ministério Público Federal, na área ambiental. Todos os senhores devem conhecer. Na última reunião que tivemos, na tentativa de negociação de um desses acordos, o Dr. Carlos Bruno falou uma frase que me deixou pensativo e preocupado. Ele disse que quando aconteceram os desastres de Mariana e Brumadinho, depois daquilo, ele olhou para trás e falou assim: "Como todos nós deixamos isso

acontecer?". Parecia uma tragédia anunciada, verdadeiras bombas-relógio no Estado de Minas Gerais. E como nós - e eu falo de todos nós mesmo, o Ministério Público, a sociedade civil, a Assembleia Legislativa - deixamos isso acontecer? E na perspectiva dele, que compartilho, parece que estamos agora no mesmo cenário. Estamos vendo uma situação que vem se agravando, estamos vendo um vácuo normativo, que é inconteste, e parece que estamos esperando uma tragédia acontecer. Eu espero que isso não aconteça, espero de verdade. Enquanto a gente conseguir reparação, talvez ainda seja um mal menor. Mas vida humana é irreparável.

Então, como eu disse, sou muito breve na minha manifestação, porque acho que as questões técnicas já estão endereçadas neste documento. Eu quero reforçar que o Ministério Público está à disposição para o debate. A gente está sempre à disposição da Assembleia Legislativa e sempre à disposição da sociedade civil. Oitenta por cento da nossa agenda lá, tanto minha como do Dr. Luciano Badini, são para receber, para ouvir, para discutir. É nesse ambiente que a gente aprende. Eu quero dizer para os senhores que anotei tudo que foi dito aqui. Aquilo que está comigo, eu vou tomar providência. O que está com alguns colegas, eu já mandei mensagem aqui de imediato. Até eu não sabia da questão de Itabira. Eu mandei mensagem para a Dra. Juliana na hora. A deputada falou do celular, e é verdade. Hoje em dia a nossa comunicação com todo mundo é imediata, e a informação chega em tempo exato.

Mas é isso, deputada, presidente. Para não me alongar aqui, prometi ser breve, eu quero colocar a nossa coordenação à disposição da Assembleia, desta comissão. Quero me colocar pessoalmente à disposição das senhoras e dos senhores que estão aqui presentes, para aprofundar este debate. Quero parabenizar V. Exa. pela iniciativa, que é uma iniciativa corajosa e necessária. É isso. Obrigado. Bom dia. E peço desculpa por precisar me ausentar um pouco mais cedo, porque, pela mudança da data, eu não consegui liberar a minha agenda o dia inteiro. Mas, se for necessária outra participação, eu me comprometo a ficar o tempo que for necessário. Mais uma vez o Ministério Público está à disposição da Assembleia. Obrigado. (- Palmas.)

O presidente (deputado Tito Torres) - Muito obrigado, Dr. João Paulo. Já agradecendo a sua presença, deixamos a sua fala para este último momento do seu tempo aqui, para que realmente você pudesse também ouvir a sociedade. Teremos mais pessoas da sociedade, ouviremos ainda a parte do Estado e a ANM. Assim que terminarmos, enviamos esta documentação toda da audiência pública para o senhor, para que realmente possamos ter este acesso e esta condição de haver os debates. Esta comissão aqui tem muito trabalho. A deputada Beatriz e a deputada Bella Gonçalves nos demandam muito, mas sempre com muito conteúdo e muita presteza. E a gente precisa sempre do apoio do Ministério Público, já agradecendo mais uma vez. Agradeço ao Dr. Paulo de Tarso e ao Dr. Luciano, para que a gente possa continuar tendo esta parceria e

esta interação entre a Assembleia e o Ministério Público. Muito obrigado pela presença aqui mais uma vez.

Vou passar a palavra agora à Joana Moraes, secretária da Associação Comunitária do Bairro Fernão Dias, em Igarapé. Tem a palavra, Joana. Fica à vontade.

A Sra. Joana Moraes Niquini Lima - Em primeiro lugar, muito obrigada pelo convite. Eu fiquei me questionando muito o que eu poderia dizer aqui enquanto população de Igarapé, que é uma população atingida por uma barragem, por barragem de rejeitos - a de Brumadinho afetou Igarapé -, mas uma cidade que assim não se identifica enquanto atingida. Eu vejo esta discussão minerária muito velada e vejo que não é só uma questão nossa, de Igarapé. Ouvindo todos aqui, eu percebo que é uma realidade que a gente enfrenta todos os dias, que é esta dificuldade de informação. No caso de Igarapé, eu vejo a questão no ouvir dizer. No ouvir dizer, a gente teve o rompimento de Brumadinho; no ouvir dizer, em 2022, com as fortes chuvas, a gente teve a possibilidade de um rompimento de barragem em Igarapé. Com isso vem o medo, e a questão que preocupa mais é esse medo. A população de Igarapé vive com medo. Fico pensando sobre isso, porque é tudo no ouvir dizer, é tudo na base do assédio. Hoje a gente ouviu dizer que vai passar uma linha de trem em Igarapé. Já estão lá implementando essa linha férrea. Vejo este momento como de grande importância, Beatriz. Agradeço-lhe, mais uma vez, por esta iniciativa, pelo convite, porque a população até gostaria de saber o que anda acontecendo. A

gente gostaria de ter informação. A gente gostaria de participar desses movimentos que acontecem no nosso território e que nos afetam profundamente. No caso de rompimento de barragem, no caso de linhas férreas, no caso de qualquer outro tipo de dano ambiental, quem vai ser afetado em primeiro lugar é o povo. E aí a gente questiona: às custas de quem? E o lucro é para quem? A população sempre sai, em todos os casos, muito prejudicada.

Fiquei muito contente ao ouvir a notícia do monumento que foi aprovado, e espero... Aí vem a fala do nosso colega, que falou também em esperar. Então espero, estou esperançosa, tenho esperança de que a Pedra Grande um dia ainda possa ter esse reconhecimento, porque a gente está falando das nossas águas, a gente está falando de um território precioso, não só para Igarapé, mas também para Belo Horizonte, visto que a gente faz parte também do sistema Serro Azul. No fundo, eu venho aqui para trazer minha indignação. Enquanto povo, eu me solidarizo com a nossa colega que falou mais cedo, com a Lexandra. Vivemos esse medo de ter os nossos sonhos interrompidos, as nossas vidas interrompidas por qualquer tipo de questão que possa acontecer devido a algum dano ambiental, ao rompimento de qualquer tipo de barragem, sejam as pilhas, sejam as barragens já existentes. Agradeço, mais uma vez, a presença e o chamamento para esta reunião. Muito obrigada. (- Palmas.)

O presidente (deputado Tito Torres) - Muito obrigado, Joana, pela contribuição importante. A gente vê realmente as

peças que estão atingidas. A deputada Beatriz vai dar a você agora uma notícia boa. Vou passar o microfone à deputada Beatriz.

A deputada Beatriz Cerqueira - Estou aqui consultando a Joana, porque nós já havíamos apresentado um requerimento para realizar uma audiência pública, a fim de debatermos os impactos socioambientais do projeto da ferrovia, do escoamento do minério de ferro. É exatamente o que ela acabou de abordar. Então a audiência vai ser realizada. Já acertei isso, pedi ao presidente. Vai ser na semana que vem, no dia 28 de março, às 10 horas da manhã, para debatermos exatamente o que ela acabou de trazer e a sua preocupação. Nós estaremos juntas de volta, no dia 28 de março, às 10 horas da manhã, numa sexta-feira, para debatermos esses impactos. O vereador Rafael, de Igarapé, também já havia me solicitado isso. Ele esteve aqui, na Assembleia, essa semana e nos trouxe sua preocupação. Solicitou que avançássemos com essa audiência, o que o presidente autorizou. Então, no dia 28, vamos debater essa situação que você nos trouxe agora. Está bem?

A Sra. Joana Moraes Niquini Lima - Muito obrigada.

O presidente (deputado Tito Torres) - Muito obrigado, deputada Beatriz. Vamos passar a palavra agora para Bruna Lopes Coelho, engenheira ambiental, representando o presidente do Crea. Você tem a palavra, Bruna.

A Sra. Bruna Lopes Coelho - Obrigada. Bom dia. Cumprimento o Sr. presidente desta reunião, deputado Tito, na

pessoa do qual cumprimento os demais presentes. Quero parabenizar à Sra. deputada Beatriz pelo projeto de lei, por esta iniciativa.

Vou começar respondendo ao Sr. Euler, que fez referência ao Crea. Quero dizer que, como engenheira, compreendo a sua frustração e compartilho dela. Compreendi tudo o que o senhor disse. Como representante do Crea, vou levar toda a sua fala ao presidente. Além disso, não há nada além que eu possa fazer aqui, neste momento, mas sua fala não foi perdida, não será perdida. Eu a levarei ao Sr. presidente Marcos Gervásio. Está bem? Obrigada.
(- Palmas.)

Sou engenheira ambiental, sou professora da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, UFTM, em Uberaba. Atuo nessa área em defesa do meio ambiente. Sou conselheira do Crea. No ano de 2024, e agora em 2025, sou membro da Comissão Permanente de Meio Ambiente; e coordenadora, no ano passado e neste ano também. A Comissão Permanente de Meio Ambiente, sempre, no início do ano... Ela é composta de engenheiros das diversas engenharias. Ela pode trabalhar diversos assuntos. O tema escolhido no início do ano, para ser trabalhado, é muito amplo. Nós podemos trabalhar quaisquer atividades industriais, quaisquer impactos ambientais de diversas atividades. No ano de 2024, trabalhamos com pilhas. O assunto foi o tema objeto do Projeto de Lei nº 2.519/2024. Esse foi o nosso assunto. Ao longo do ano, nós o analisamos e fizemos recomendações sobre a segurança e a fiscalização de pilhas de rejeitos, resíduos e estéril na mineração, com o objetivo de

chamar a atenção para esse assunto. Então o produto final da nossa comissão foi a elaboração de uma nota técnica sobre o assunto, a qual já está finalizada, está em etapa de edição, de diagramação. Sendo concluída, ela já será enviada a esta Assembleia, demonstrando assim a nossa atenção a esse assunto, que é extremamente importante. O Crea, emitindo essa nota técnica, está chamando a atenção dos profissionais da engenharia, da agronomia e da geociências sobre esse assunto.

Na nota técnica, fizemos recomendações técnicas sobre o assunto e também inserimos a nossa análise desse projeto de lei. Citamos a existência dele porque a comissão estava acontecendo em 2024, ano do projeto de lei. Isso foi muito bom. Quero declarar que o Crea reconhece a relevância desse projeto que estabelece as medidas necessárias para garantir a segurança das estruturas de disposição de rejeitos e para fortalecer o controle e a transparência sobre essas atividades. Destacamos, na nota técnica, os avanços importantes que foram incorporados, incluindo a obrigatoriedade da adoção de projetos de engenharia, com anotação de responsabilidade técnica, RT, e a divulgação de informações sobre estabilidade e localização das estruturas.

Contribuições muito importantes já foram apresentadas aqui, mas vamos destacar uma que ainda não foi falada, que é dar atenção à incorporação de elementos essenciais que são descritos no padrão global da indústria para a gestão de rejeitos, que é um padrão adotado internacionalmente. Vou destacar aqui quatro

princípios que há nesse padrão, só para que vejam como estão alinhados ao projeto de lei. Por exemplo, o Princípio 1 desse padrão global fala sobre respeitar os direitos de pessoas afetadas pelo projeto e procurar engajá-las significativamente em todas as fases do ciclo de vida das estruturas de disposição de rejeitos, inclusive na fase de fechamento. O Princípio 2 fala sobre desenvolver e manter uma base de conhecimentos interdisciplinares para apoiar uma gestão segura de rejeitos ao longo de todo o ciclo de vida da estrutura. O final da fala é igual ao Princípio 1, mas o Princípio 1 fala sobre respeitar o direito de pessoas, e o Princípio 2 fala sobre manter essa base de conhecimentos. Já o Princípio 8 estabeleceu políticas, sistemas e responsabilidades para apoiar a segurança e a integridade das estruturas. Por fim, o Princípio 11 desenvolveu uma cultura organizacional que promova aprendizagem, comunicação e reconhecimento precoce de problemas. Eu só citei quatro, mas são diversos princípios que, se analisados, podem ser incorporados ao longo de todo o projeto de lei. Então fica essa sugestão de padrão global da indústria para gestão de rejeitos.

Além dessas sugestões, a Comissão Permanente de Meio Ambiente, como uma das suas recomendações na nota técnica, defendeu a necessidade de avançarmos na criação de uma política nacional de segurança de pilhas, inspirada na Política Nacional de Segurança de Barragens, que possa estabelecer diretrizes uniformes e fortalecer a regulamentação sobre o tema. Então, diante do

Código do documento: 1581054

exposto, quero colocar o Crea à disposição para contribuir com o debate em eventuais aprimoramentos do projeto de lei. Acreditamos que a incorporação dessas medidas resultará em um marco regulatório mais sólido e alinhado às melhores práticas globais de gestão de rejeitos. Nós finalizamos reiterando nossa consideração e respeito pelo trabalho de V. Exa. na defesa da segurança da população e do meio ambiente de Minas Gerais. Muito obrigada. (-Palmas.)

O presidente (deputado Tito Torres) - Muito obrigado, Bruna. Obrigado pela fala, pela contribuição. A gente aguarda esse documento na Assembleia. Ao disponibilizá-lo, ele será de extrema importância para nos ajudar na formulação, melhoria e adequação, caso seja necessário, desse projeto de lei.

Vou passar a palavra agora... Não sei quem gostaria de falar primeiro, se o Roberto ou se o Fernando Baliani. Vou passar a palavra ao Roberto Junio Gomes, que é diretor de gestão de barragens e recuperação de áreas de mineração e indústria na Feam. O senhor tem a palavra.

O Sr. Roberto Junio Gomes - Obrigado, deputado Tito. Primeiramente quero parabenizar a comissão por trazer esse tema à discussão. Na sua pessoa, quero cumprimentar todos os presentes. Também quero cumprimentar a deputada Beatriz Cerqueira, que está sempre nos debates. A gente já se encontrou várias vezes aqui, nesta comissão, especialmente por tratar de um tema complexo e tão pungente para a nossa sociedade. A minha presença aqui tem como

objetivo trazer a experiência que a gente tem com barragem. Vemos claramente que está havendo uma transição de formas de disposição no nosso estado. Então essa discussão vai ficar cada vez mais forte quanto à forma de a gente acompanhar isso. Estamos num momento ideal para discutir esse tema, para termos a segurança tão almejada pela sociedade. Todos os nossos parâmetros ambientais estão sendo devidamente protegidos.

Trago aqui uma percepção muito de contribuição. Acho que, independentemente de ser um PL, de ser uma resolução, de ser qualquer discussão que a gente tenha sobre a regulação disso, o aprendizado que a gente teve com a barragem é muito importante para trazermos para cá ponderações para evoluirmos mesmo na temática. Separei três pontos que acho importantes. O primeiro deles é direcionado estritamente à discussão de barragens. Para haver clareza da norma, para ela ser aplicável, para a gente não ter ali uma dificuldade de operacionalização, sempre defendo muito uma separação das temáticas técnicas de barragem e pilha, isso para que a gente não tenha uma confusão na hora de aplicação da norma. Nem todos os conceitos de barragem se aplicam diretamente à pilha. Se a gente fizer essa transição imediata, a gente vai ter uma dificuldade muito grande de operacionalização. Ainda que alguns deles se pareçam muito fáceis de serem definidos, do ponto de vista técnico, como quando a gente discute mancha de inundação e tudo isso, a forma de comportamento de uma pilha é muito diferente da de uma barragem. Por óbvio, a gente consegue,

enquanto técnico, discutir isso, mas sempre é preciso haver essa ponderação para que, na hora em que a norma estiver pronta, a gente consiga aplicá-la 100%. Nesse caso do plano de ação de emergência, colocando a mancha de inundação como referência, mais pela quantidade de água e pela forma de construção dessa estrutura, a gente tem dificuldades para definir qual é a zona de falha, que, no maciço da barragem, é muito mais característica que numa pilha, que é construída quase como uma referência de um bolo de noiva.

Trago esse ponto de contribuição para a gente tentar sempre separar isso e, por óbvio, discussões como a que o Crea levantou, discussões técnicas que estão vindo tanto da Agência Nacional de Mineração... A gente sabe que já há ali, na agenda regulatória da ANM, uma discussão muito forte feita por um profissional muito competente que trabalhou comigo na temática de barragem. Não desmerecendo o Leandro aqui, mas o Claudinei foi um parceiro muito grande na discussão da barragem e já está tratando tecnicamente essa questão para a gente poder conseguir clarear isso. Por óbvio, também evidenciamos papéis da ABNT, que precisa nos trazer esses parâmetros até para definirmos quais são os fatores de segurança de fato dessas estruturas, quando tivermos essa norma 100% aplicável.

Outro ponto que trago como uma forma de contribuição é a abrangência e o impacto da norma. Por quê? Participei de várias discussões com a agência e já visualizei algumas questões

relacionadas aos números que a gente tem de pilhas hoje. A gente precisa ter clareza de qual objetivo a gente vai querer para a norma e em qual aspecto. Hoje há alguns números, e eu estava aqui até tentando fechá-los com Leandro. A gente tem ali alguns levantamentos da ANM que mostram 745 pilhas diagnosticadas no relatório anual de lavra. Porém, desse grupo, 45% são rochas ornamentais. Eu acho importante essa distinção até para uma operacionalização também, para a gente não perder o foco daquilo que é o objetivo. Então você tem a pilha. Não sei se as pessoas conhecem isso de fato. O impacto da pilha de rejeito da rocha ornamental é muito distinta do impacto da pilha de ferro e de ouro, que foram os casos citados.

Então temos de tentar segregar isso um pouco para que consigamos, de fato, atacar o problema, a fim de não termos aqueles "desplacamentos" a que assistimos aí, nos últimos episódios no Estado. Por óbvio, as pilhas de rocha ornamental precisam de controle de aspectos ambientais, até para uma perspectiva de fechamento de minas, de forma de tratar aquele passivo ambiental. Pondero isso, não numa perspectiva puramente econômica ou puramente de questão correlacionada a uma distinção, mas na perspectiva de focar o problema real e com a preocupação também de a gente não dar um remédio desmedido para determinado problema. Quanto ao fato de 45% serem de rocha ornamental, a gente tem uma preocupação acerca de como esse setor absorveria isso, sendo que o nosso problema fundamental, bem caracterizado aqui por

todas as falas, é muito focado no ferro e no ouro, que são as principais estruturas que a gente tem.

Um ponto que a gestão de barragens também traz como referência e que eu queria deixar para uma reflexão, para um trabalho que a gente pode desenvolver, é a questão da competência e da capacidade de execução. A Assembleia Legislativa consegue trazer isso com uma visualização muito clara. A gente está falando de uma lei. A partir do momento em que a lei é colocada, a gente tem, como Executivo, a obrigação de fazê-lo, mas a experiência com barragens traz para a gente uma percepção, ou seja, o histórico mostra uma dificuldade muito ruim de operacionalização, quando se fica naquela: quem é o responsável? Até onde a ANM vai? Até onde a Feam vai? Até onde o órgão ambiental vai? Até onde o Crea vai, como foi colocado aqui? Acho muito importante essa clareza de atuação dos atores para, primeiro, a gente ter maior eficiência nos usos dos nossos corpos técnicos, que, por óbvio, não estão aqui numa quantidade suficiente para tratar das 945 pilhas em todos os seus aspectos. Então é por isso que essa segregação de competência é importante. Além disso, a gente ter isso definido é muito importante quando a gente vê todos esses atores discutindo ao mesmo tempo e o Crea trazendo para a gente essa visualização. A gente já tem uma nota técnica, uma visualização, a agência trazendo isso na agenda regulatória dela de 2025 e 2026 - até pegando um pouco da sua fala aqui, Leandro -, e vemos isso como bastante importante para que, na hora em que a gente conseguir

dividir essas competências, consigamos, de fato, o objetivo principal, que é o que a gente quer, ou seja, a segurança operacional dessas estruturas.

Há outro ponto que acho importante trazer, até pela fala da colega do Crea aqui. Acho que há um ator que precisa estar aqui com protagonismo, porque a atuação do profissional hoje, como o Euler bem colocou, com a questão de ARTs, gera informações que subsidiam todos os órgãos. A gente não pode anular esse profissional em função da abrangência e de toda a discussão técnica. Então, para mim, ter o Crea perto, especialmente monitorando a competência profissional para discutir essas questões, é de extrema importância. Por isso, parabéns o Crea pela participação, e os deputados aqui presentes por terem trazido o Crea para a Mesa para esta discussão. É essa a minha contribuição. Agradeço a todos.

Acho importantes - só ressaltando, pois é um ponto de esclarecimento - as informações que até levantei aqui diante da fala do Euler e da fala de todos. Quanto à questão de Itabira, a gente tem a informação de que é um desmonte de rocha, até com visualizações das explosões que foram feitas naquele local. Então não seria especificamente uma pilha, só para trazer aqui essa perspectiva. Acho que a gente tem o papel de informar a população sobre essa situação. Também foi colocada a situação de Casa de Pedra. A discussão sobre o Plano de Ação de Emergência está sendo avaliada pelo Estado, pela própria Lei nº 23.291, que coloca a

obrigação de análise. Essa estrutura já não recebe mais rejeitos, está caminhando para o processo de descaracterização. Então a gente vê essa discussão, e é importante trazer isso para vocês também.

Por último, mas não menos importante, temos a questão da diligência. Pelo ponto da Secretaria de Meio Ambiente, a gente já trabalhou essa informação. Não sei como está sendo feita a tramitação para isso chegar à Assembleia. Conversamos com a nossa assessoria de relações interinstitucionais, e com certeza a gente vai correr atrás para chegar aqui o mais rápido possível, no máximo na próxima semana. Obrigado a todos. (- Palmas.)

O presidente (deputado Tito Torres) - Obrigado, Roberto, pela contribuição. Vou passar a palavra para Fernando Baliani, que é diretor de gestão regional da Secretaria de Meio Ambiente. Você tem a palavra, Baliani.

O Sr. Fernando Baliani da Silva - Boa tarde a todos. Boa tarde, deputado Tito; boa tarde, deputada Beatriz, em cuja pessoa cumprimento todos os presentes, o Sandoval, o Julio Grillo, o Wallace, presidente do Sindsema, e os demais colegas que compõem a nossa banca.

Gostaria de fazer a minha fala informando, primeiramente, que o licenciamento ambiental previsto na Política Nacional do Meio Ambiente é um instrumento dinâmico, impulsionado pelas leis que são elaboradas em âmbito nacional, estadual ou mesmo municipal, pelos avanços tecnológicos ou mesmo por debates

públicos como esse que estamos fazendo. Quero destacar a importância da presença de todos nessa Mesa seleta. Eu gostaria também de fazer uma fala com relação ao risco no licenciamento ambiental, que foi ponderado aqui. Acho importante trazer um pouco disso para o debate. A fala da servidora da Semad, no ambiente do Copam, não é uma fala da servidora, é uma fala institucional. Então acho que esse é o primeiro ponto que é importante esclarecer. Nós tivemos algumas conversas, reuniões e agendas técnicas com alguns estados que têm análise de risco. Conversamos mais com o Estado de São Paulo, por exemplo, embora isso seja direcionado para um contexto mais industrial, devido à aptidão que eles têm lá no cenário econômico e de licenciamento ambiental. Nós entendemos que a análise de risco é feita por normas elaboradas para tal finalidade. Então o Estado possui normas que estabelecem critérios e requisitos para que seja feito um estudo de avaliação de risco e haja condições de afirmar se aquele projeto tem viabilidade ou não. Então é um processo administrativo apartado e que antecede o licenciamento ambiental.

Estou falando da experiência deles. Não sei se todos os Estados têm a regulamentação ou se todos se assemelham a esse caso. Os profissionais têm atribuições muito peculiares, obviamente. Os estudos são diferentes da avaliação de impacto ambiental. São estudos de cenário de risco que utilizam muito a estatística e estabelecem claramente o risco aceitável e o risco não aceitável. E, não sendo aceitável, ele é submetido a um ajuste

de projeto ou simplesmente a uma reprovação e, de fato, nem culmina no ato subsequente. Qual é o ato subsequente? Após essa análise de avaliação de risco, é ingressado no órgão ambiental um requerimento de licenciamento ambiental com os estudos de avaliação de impacto ambiental. Então o que se faz no caso de São Paulo, dentro do licenciamento ambiental, no que se refere à viabilidade ambiental do empreendimento, é subsidiado pelos estudos, e nós, do órgão ambiental de Minas Gerais, analisamos. Acho importante dizer que a nossa fala, de forma alguma, é para desmerecer a importância dessa avaliação de risco. Nós, enquanto servidores do licenciamento ambiental, não temos as regulamentações e entendemos que as atribuições não nos garantem ou nos amparam para discutirmos questões de análise de risco, inclusive com relação a risco aceitável ou não. Essa é uma fala que eu acho importante deixar aqui também.

Deputada Beatriz, deputado Tito e demais colegas, a exemplo do que Roberto exaltou sobre a participação do Crea, eu queria mencionar um ator que não está aqui, mas que eu creio que, até por participação em outras áreas de licenciamento, contribuiu muito: a ABNT, a Associação Brasileira de Normas Técnicas, que é um fórum meramente técnico, de amplo debate, que produziu ao longo do tempo normas que inclusive nos subsidiam no licenciamento ambiental. Vou citar um exemplo aqui, que são os aterros sanitários de resíduos classe 1, perigosos. Hoje, boa parte do que nós exigimos com relação a questões técnicas, como

impermeabilidade, o mínimo de impermeabilização aceitável, é submetida aos profissionais de engenharia que fazem os estudos, nos amparam e também direcionam os profissionais que vão atuar nessa área para elaborar os estudos e trazê-los, para que a gente possa recebê-los no âmbito do licenciamento ambiental e ter essa diretriz, esse conforto no sentido de expedir as licenças ambientais com essa segurança técnica para alguns requisitos que são bem específicos. Temos as falas do Sr. Julio Grillo e do Sr. Sandoval com relação à capacidade de suporte desse solo e tudo mais, e eu creio que um debate em nível da ABNT, por exemplo, poderia somar e contribuir com todos aqui presentes nesse esforço de conseguir aprimorar e avançar com o licenciamento ambiental dessas estruturas.

Com relação ao órgão ambiental, é importante ressaltar que nós estamos abertos, deputada Beatriz e deputado Tito, a sempre participar dos debates, colher informações, receber contribuições. Este é o nosso papel: sempre oferecer à sociedade um aprimoramento, um avanço continuado com as nossas ações fiscalizatórias, as nossas ações de publicidade. Esse é um ponto importante também que eu quero mencionar.

Nós hoje temos os estudos ambientais disponíveis no sistema de licenciamento ambiental. Não são documentos físicos, são documentos *on-line*. Qualquer cidadão que tenha interesse em obter essas informações, através do "gov" ou mesmo do cadastro em nossa plataforma, consegue acessar na íntegra todos os documentos,

as informações e todos os processos de licenciamento ambiental. Obviamente, em eventual dificuldade ou indisponibilidade de algum documento, a gente se coloca à disposição para fornecer ou prestar os esclarecimentos. Esse é um avanço importante também que nós temos diariamente com relação à publicidade dessas informações.

Quanto aos estudos ambientais, acho importante também destacar - eu até falei sobre isso em outra audiência - que existem algumas informações no termo de referência que inclusive foram oriundas de uma sugestão do nobre colega Julio Grillo. Nós, do órgão ambiental, recebemos algumas sugestões de aprimoramento, entendemos que tecnicamente são importantes e as admitimos no nosso termo de referência. Constan lá a data de atualização e a referência. O que nós colhemos, o que nós ouvimos, o que nós recebemos como crítica ou como sugestão, principalmente se forem oficiadas e positivadas por escrito, serve para fazermos uma análise de mérito. Não temos, obviamente, nenhum problema em admiti-las como aprimoramento dos nossos termos de referência, dos nossos procedimentos de licenciamento ambiental.

Deputada Beatriz e deputado Tito, eu vou encerrar a minha fala com esse resumo. Fico aqui à disposição para eventuais esclarecimentos. Se eu deixei alguém sem resposta, ficarei à disposição para falar novamente, se isso for permitido.

O presidente (deputado Tito Torres) - Muito obrigado, Baliani, pela sua fala. Agradecemos sempre a sua presença nas nossas audiências. Eu vou passar a palavra agora para o Leandro

César Ferreira, gerente regional da Agência Nacional de Mineração. Desde já, agradeço a sua presença nesta audiência pública. Tem a palavra o Leandro.

O Sr. Leandro César Ferreira de Carvalho - Eu acho que já é boa tarde, não é? Boa tarde a todos e todas; boa tarde, Sra. Deputada. Quero agradecer o convite. De antemão, já informo que não tenho resposta para tudo. A ANM tem a Diretoria Colegiada e a Superintendência de Segurança de Barragens de Mineração, que é um setor totalmente à parte da gerência regional. Atualmente, as pilhas estão sob nossa responsabilidade, mas há uma previsão de mudança no regimento. A gente deve ter uma superintendência de geotecnia. O assunto é importante, e provavelmente, nos próximos meses, se tudo der certo, a gente vai ter uma superintendência de geotecnia que vai tratar de pilhas e de barragens.

Quero me solidarizar com a Sra. Lexandra, que falou primeiramente. Eu estive lá na ocasião do rompimento da pilha de Conceição do Pará. Fiquei lá do dia 7 ao dia 15 de janeiro, incluindo sábado e domingo, e ajudei a retirar as pessoas de suas casas, para ver o que estava acontecendo, qual era o cenário. Eu entendo muito bem o Sr. Julio Grillo quando ele fala que a gente precisa realmente passar algumas informações. Nós somos muito poucos na ANM, e eu não preciso ficar repetindo isso. O Roberto mencionou aqui quantas estruturas nós temos. Nós temos sete fiscais para lavra, beneficiamento e pilha. Nesse tempo todo, a gente teve uma ordem de serviço interna, se não me engano, em

2022, logo depois do rompimento em Cachoeirinha, para fiscalizar essa pilha. Mas fora isso, esses sete fiscais da Divisão de Fiscalização de Lavra fiscalizam lavra, beneficiamento e pilha.

Quero parabenizar a Feam, que, desde 2002 - se eu tiver errado, vocês me corrijam -, já trabalha com a legislação de barragem. A ANM começou só em 2010, com a Lei nº 12.334/2010, que deu dois anos para ela se adequar aos demais mineradores. Foi nesse momento que a gente começou. Eu trabalhei com barragem até 2017 e passei por vários eventos anômalos. Gostaria de puxar um pouco a sardinha para o lado da ANM e ressaltar que todo mundo sempre viu as barragens que se romperam. Muitos não viram as que não se romperam por causa de autuação, acredito que da Feam e da ANM. Inclusive a gente teve um evento muito significativo em 2013 na Barragem Casa de Pedra, da CSN, com uma erosão muito grande. Ficamos lá dia e noite. Enquanto não arrumaram a barragem, a gente não saiu de lá. Na época, tivemos também em Sarzedo um evento anômalo muito grande numa barragem. Sentamos em cima dela e colocamos nossa vida em risco para garantir que a empresa tomaria as providências relativas à estabilização das estruturas. Como o Roberto falou, a gente teve notícia da mina lá de Itabira, onde houve uma detonação. Não se tratou de um escorregamento de pilha, mas, como o Sr. Euler mostrou, realmente as cavas também são problemas. Eu me esqueci do nome da outra vertente da Serra do Curral... É Águas Claras. Temos que ter os olhos voltados também para as cavas.

Vou levar a recomendação feita aqui. Já escrevi um texto e vou levar o *e-mail* e a recomendação para a diretoria colegiada avaliar. Eu escrevi assim: "Enviar *e-mail* aos diretores falando sobre a necessidade de dar vista e cópias de documentos e estudos de pilhas e barragens à sociedade, inclusive a entidades que contam com o apoio de geotécnicos experientes e capacitados para a avaliação de suas premissas e de segurança de pilha, de forma que vocês tenham acesso a isso também". Temos as nossas portarias feitas pela Superintendência de Regulação, que tem audiência pública e tudo para saber o que a gente pode ou não. Muitas informações me são solicitadas, e eu, como gerente, sou obrigado a passá-las para o superintendente de fiscalização ou para o superintendente de segurança de barragem, que é o Luiz Paniago, ou até mesmo para a Diretoria Colegiada, porque regimentalmente eu não tenho a prerrogativa de fornecê-las. Mas eu acho isso importante. A gente teve duas experiências, e participei de uma delas, de 2014 a 2017, em que uma empresa de consultoria nos ajudou com as barragens; e depois, se eu não me engano, o pessoal da Aecom também ajudou a ANM. Eu já não estava nas barragens mais. Graças a Deus, eu saí antes desse fenômeno que ocorreu em Brumadinho. A gente sabe que pode haver esses eventos anômalos, a gente sabe que eles são complicados.

Eu gostaria de deixar aqui também uma visão que tenho. O que está acontecendo hoje com as pilhas? Antigamente se podia fazer alteamento a montante. Ninguém achou isso ruim, até que

ocorreu o primeiro rompimento. Então são raros os profissionais que fizeram alguma tese falando que, no alteamento a montante, o risco é muito maior. Depois que começaram a ocorrer os eventos e os rompimentos das barragens a montante principalmente, isso veio à tona. O senhor falou que muitas pilhas são feitas sem investigação, às vezes a toque de caixa, com pontas de aterro, digamos assim. Eu acho que isso é verídico.

A gente teve um pedido de 1.200 pessoas para o concurso da ANM, mas foram liberadas 220. Se eu não me engano, 20 virão para Minas Gerais. Eu entendo que a gente precisa, no mínimo, de 220 pessoas. A gente teve a felicidade, com a intervenção do Ministério Público, de ter um concurso. A gente tinha de 40% a 50% de pessoas, sendo que algumas delas, infelizmente, foram absorvidas pelo mercado de trabalho, porque ocorre o seguinte: entram na ANM com um salário, mas dois, três meses depois, uma empresa lhes oferece o dobro do salário. O menino é novo, doutor, pós-doutor, mas não tem o conhecimento que vocês têm. Eu acho difícil a gente ter gente com o conhecimento que vocês têm. É muito difícil. A gente vê as gerações mudando. Precisaríamos de 100, 150 Joões para darem conta de barragens, de pilhas na Feam.

Para fechar e não me estender muito, eu quero dizer que gostei muito da fala do professor da UFJF - esqueci o nome dele. É Bruno. Ele tocou em muitos pontos precisos sobre o que a gente está vislumbrando que pode ser feito. O Roberto já falou da nossa

agência regulatória de 2025-2026. A gente tem aqui a Resolução ANM nº 191/2024. Quem quiser pesquisar pode dar uma olhada nisso.

Deputada, eu acho que é importante, nesse momento, a gente trabalhar com as garantias financeiras, como foi citado também. A gente teve um exemplo clássico da empresa que se chamava Mundo Mineração, que saiu de Minas Gerais, de Rio Acima, da noite para o dia, deixando caminhão para trás, planta de beneficiamento para trás, Hilux zero para trás. Os profissionais chegaram para trabalhar lá certo dia, e cadê a empresa? A empresa foi embora e deixou um monte de coisa para trás. A mina ficou inviabilizada, porque se encheu de água. Não tínhamos a quem responsabilizar. O responsabilizado foi um engenheiro que achou que ia ficar milionário na época. Colocaram o seu nome lá, deram-lhe uma porcentagem e sobrou tudo para ele na época. A Copasa ia fazer uma obra lá.

Eu acho que há muitas apresentações aí, vocês estão muito bem assessorados. Se precisarem da ANM... Eu estou falando por mim, pelos diretores e pelo superintendente de fiscalização. A gente tem profissionais muito capacitados na ANM que dão o seu sangue dia a dia para tentar melhorar e ter uma mineração realmente cada vez mais sustentável. A gente está aí. Se precisarem contar com a gente, podem chamar que a gente vem, a gente participa, a gente dá opinião. Outras vezes eu fui chamado, mas não vim, porque a gente trabalha com planejamento bimestral ou trimestral, principalmente no teletrabalho. Então, às vezes eu já

estava com alguma coisa planejada e não consegui remanejar. Estamos à disposição. Vou mandar o *e-mail* para lá. O apoio de vocês é importante, dá segurança para a gente. Eu estou falando isso tudo não só como gerente. Eu fui servidor da Feam - o Roberto já deve estar de saco cheio de escutar isso - de 2006 a 2008, sou servidor da ANM, sou engenheiro de minas, fiz geotecnia na Universidade Federal de Viçosa, vou para campo também para ver o que está acontecendo e piso na pilha, piso na barragem, onde houver barragem. Agora não mais, porque o Claudinei tem a sua turma lá. É isso aí! Quero parabenizar e colocar a ANM ao dispor de todos. Vou passar tudo que aconteceu aqui para a Diretoria Colegiada. Na semana que vem, a gente estará em Brasília. A gente sempre se reúne. Eles sempre querem saber o que está acontecendo. Então vou passar isso para eles também. Obrigado.

O presidente (deputado Tito Torres) - Obrigado, Leandro, pela participação. A gente sabe da dificuldade da ANM em relação a servidores. Isso já foi motivo de requerimentos desta comissão. Já foi cobrado pelas nossas deputadas ao governo federal que sejam disponibilizadas mais vagas para Minas Gerais. Você citou uma questão: a perda de funcionários para o mercado privado. Isso tem ocorrido no dia a dia, e os servidores do Sisema sabem disso. A questão salarial hoje conta muito para os servidores. Você falou que a iniciativa privada paga duas vezes mais, mas são três, quatro, cinco vezes mais do que o Estado, fora a responsabilidade. Os nossos servidores têm que responder vários questionamentos,

seja da Procuradoria-Geral do Estado, seja da Polícia Civil, da Polícia Federal, do Ministério Público ou do Tribunal de Justiça, e o servidor da iniciativa privada vai lá, faz seu parecer, seu levantamento, ganha seu dinheiro, fica tranquilo e volta para casa. Então nós temos que tirar o chapéu para os nossos servidores de carreira do Sisema, também para os da ANM, pelo trabalho que prestam no nosso estado. Eu vou passar a palavra para o Euler rapidamente, só porque ele quer fazer uma correção na sua fala.

O Sr. Euler de Carvalho Cruz - Muito obrigado. Eu queria me justificar, porque recebi a informação de um morador de Itabira de que aquilo era uma pilha e que tinha desmoronado; não verifiquei a informação e a passei para a frente. Então eu gostaria de pedir desculpas e de retirar da minha fala o que eu disse sobre o desmoronamento da pilha. É muito importante que isso fique registrado aqui. Então eu retiro tudo o que disse com relação àquela apresentação, porque não tive a competência - como eu disse, a gente sempre está errando, não é? - de verificar a informação que recebi. Muito obrigado.

O presidente (deputado Tito Torres) - Não, que isso! No caso de Itabira...

O Sr. Leandro César Ferreira de Carvalho - Deixe-me só fazer um comentário complementar.

O Sr. Euler de Carvalho Cruz - Estou falando sobre o caso de Itabira, porque eu não verifiquei a informação. Esse foi um erro meu, um erro que vivo cometendo o tempo inteiro.

O presidente (deputado Tito Torres) - Mas aquele fato ali acaba realmente nos fazendo errar, porque eu também recebi diversas imagens daquilo. Como sou de João Monlevade e estou na região... Não sei se houve aviso prévio por parte da mineradora para essa detonação, e várias pessoas do nada viram aquela fumaça de poeira, que realmente assustou todo mundo. Então não sei - até podemos averiguar - se foi feita a comunicação pela empresa de que haveria uma detonação no município. Passo a palavra ao Leandro para que possa complementar a questão nesse sentido.

O Sr. Leandro César Ferreira de Carvalho - Eu acho que isso foi importante para a gente ver que há mais um passo: a cava também. A gente está discutindo pilha, mas a cava está ali também. Você mostrou claramente o ângulo de 90° da cava. Então eu acho importante a gente registrar que não é só pilha e barragem, há cavas, em um porte bem menor, com material, às vezes, que vai servir até como contenção de rejeito ou de estéril. Mas são estruturas que também merecem ser analisadas, principalmente as que estão paralisadas em minas. Por isso eu acho importante a sua fala.

O presidente (deputado Tito Torres) - O erro foi bem colocado, senão não teríamos esta discussão e a ponderação importante do Leandro, diretor da ANM, para a gente cuidar disso e ter essa atenção também com as legislações de cavas em nosso estado. Eu vou passar a palavra agora para o Luiz Alberto, morador de Macacos, que está aqui também. Você tem a palavra.

O Sr. Luiz Alberto Sartori Inchausti - Primeiramente, quero cumprimentar a deputada, o deputado e todos os presentes. Gostaria de começar projetando duas fotos que eu pedi que fossem feitas. (- Procede-se à exibição de *slides*.) Essa área aí embaixo está sendo elevada à pilha. D3 e D4 são barragenzinhas que foram declaradas de risco, mas, a nosso ver, não apresentavam risco nenhum quando foram declaradas em Macacos. O risco ocorrerá no dia em que essa pilha começar a crescer e a pesar. Lá no fundo, em vermelho, nós temos a cava de Capão Xavier. Aí se mostra uma simulação da pilha, em cima daquela área, com 280m de altura, e onde ficariam B3 e B4. Na verdade, é o que eu digo: o risco da B3 e da B4 ocorrerá no futuro. São barragens feitas antigamente pela Rio Verde, sem nenhum critério. Na hora em que elas pesarem, realmente vão ceder.

O que eu quero dizer sobre isso é o seguinte, para contribuir com a reflexão: a natureza não é uniforme. Nós temos aí uma área - volte à outra foto, por favor - de 191ha; são 191 campos de futebol. Essa área... Se a gente vai construir uma casa hoje e pede a sondagem do terreno... Vejam bem, nós verificamos que, em uma área de 200m, vamos ter diferenças de terreno. Em uma área de 191ha, as diferenças são muito grandes, porque a natureza não é homogênea. Se você considerar uma pilha de 280m, vai ver que vão aparecer recalques diferenciais que vão ocasionar rachaduras do tipo voçoroca. E, quando vem a chuva, vai ser carregado material para baixo. O principal problema em relação a isso é que a gente

ficou sabendo que, em toda escavação, a partir de uma certa profundidade, existem materiais pesados, e, como os rejeitos e estéreis são retirados e colocados em pilha, esses materiais pesados, portanto, vão sendo colocados em pilhas.

Em Macacos, com a situação inicial de colocar os rejeitos de Capão Xavier, em 2022, após aquela chuva, a Vale fez um muro de contenção para não ir barro para o Rio das Velhas. Essa chuva encheu a barragem, e o extravasor - olhem que interessante isso - da barragem estava a 6m acima da ponte de acesso a Macacos. Olha que projeto bem-feito! Inundou o nosso acesso, e nós ficamos ilhados em Macacos. E isso a 2km! Quer dizer, se o cara cutucasse o Google, veria essa diferença, mas os projetistas não fizeram isso, a Vale não fiscalizou nada disso, e o Estado muito menos. Então o que aconteceu? A água inundou tudo. Na época, havia uma rede de monitoramento geoparticipativo, que estava acabando de se formar, e fizeram a coleta dessa água. A água que desceu lá é exatamente a mesma de onde está se formando a pilha, porque, da estrada para lá, a bacia é outra. Essa pilha está toda na bacia de Macacos. Essa terra que desceu estava com resíduos da pilha e, na análise da água, foi detectada a presença de arsênio e chumbo acima dos níveis suportáveis pela vida humana - não só humana, como também de bichos e tudo mais. Então, vejam bem, em toda escavação existe, a partir de uma certa profundidade, esse problema. São materiais que vão ser colocados em pilha. Isso contém materiais pesados que são prejudiciais à vida humana, à

vida de todos os animais e tudo mais. Então é uma questão que eu gostaria que fosse considerada como contribuição para a legislação. Gostaria que se pensasse sobre isso e se verificasse o que pode ser prevenido nesse aspecto também, já que a natureza não é homogênea; e, em não sendo homogênea, não é em todo trecho de escavação que se vai ter esse material. Mas vejam bem: desceu, e desceu para valer. Foi acima dos níveis preconizados.

Eu queria também deixar algo para uma reflexão, como engenheiro urbanista que trabalhou 12 anos no Plambel, até que o Newton Cardoso o fechou: eu fico preocupado com a mineração no entorno de Belo Horizonte e das cidades, porque ninguém pensa sobre alguma mudança mais profunda nesse aspecto. Eu fiz uma pesquisa e descobri que, no Norte da Suécia, há uma mineração ao lado de uma cidade que se chama Kiruna. A Kiruna é uma mina subterrânea de extração de ferro, onde os rejeitos estéreis representam só 5%. Por que não se pensar em caminhar para essa discussão também sobre essas áreas urbanas? Essa mina, na Suécia, existe há 100 anos, é economicamente viável e vai se expandir. Eles vão discutir essa expansão com as pessoas da cidade, que está exatamente ao lado da mina, porque algumas delas vão precisar se mudar. Essa mina está economicamente viável há 100 anos. Quer dizer, já nessa área urbana nossa, em tudo que eles estão mexendo, estão jogando gente para fora; em tudo que eles estão mexendo, estão atingindo pessoas, estão expulsando pessoas, estão danificando as pessoas. Então, por que não pensar, daqui para a

frente, nessa possibilidade? Eu não sei, eu não sou especialista, mas estou trazendo uma contribuição para a reflexão acerca dessas questões. Eu acho que é só o que eu tinha a falar. (- Palmas.)

O presidente (deputado Tito Torres) - Muito obrigado, Sr. Luiz Alberto, pela contribuição importante. Nós temos que levar em consideração a sua fala para que possamos debater nesta Casa, juntamente com o Estado e com a sociedade, questões extremas do nosso estado hoje, seja de seca, seja de chuva. A gente precisa realmente tratar desse tema com mais seriedade. Cobramos do Estado, na época, informações sobre a segurança de barragens e de pilhas, com essas chuvas extremas, para evitar que ocorresse o que ocorreu em Macacos. A gente espera realmente evoluir nesse sentido.

Eu vou passar a palavra agora para o Artur Freixedas Colito, militante do Movimento dos Atingidos por Barragens. O senhor tem a palavra.

O Sr. Artur Freixedas Colito - Muito obrigado. Quero cumprimentar todos os presentes, o presidente da comissão, os servidores, todos os colegas e todos que nos acompanham. Também quero manifestar minha solidariedade às comunidades atingidas que já trouxeram aqui os seus relatos.

Inspirado um pouco no Programa dos 10 Pontos dos Panteras Negras, vou tentar trazer 10 pontos que, acho, podem contribuir para esta discussão. Vou começar pelo tema trazido pelo promotor, que infelizmente teve que se ausentar, que é um tema

relevante também para a Comissão de Meio Ambiente: a Lei Mar de Lama Nunca Mais, que foi trazida como um avanço. É uma lei importante, mas o acompanhamento dos TACs que foram feitos, prorrogando a descaracterização, é um tema seríssimo do qual as comunidades atingidas não têm informação. A minha sugestão de encaminhamento - apesar de isso, talvez, abranger mais do que o tema desta audiência - para a comissão é que o Ministério Público - ou os entes públicos, a Feam, de alguma maneira - providenciasse a apresentação às comunidades atingidas do andamento da descaracterização, porque as comunidades não sabem que, às vezes, foi prorrogada por 12 anos a descaracterização da barragem. Elas achavam que ia ser em 2023 e vai ser em 2035, em alguns lugares. Isso vai impactar, vai atingir a vida das pessoas.

Segunda questão: quero dizer que acho muito proveitoso este debate, porque a ausência de regulamentação, de uma norma específica, é uma maneira de garantir a impunidade das empresas muitas vezes, quando ocorre violações, e traz também a falta de protocolo específico que possa servir aos servidores e instituições de Justiça, quando houver situações de violações de direitos. Quero trazer também aqui... Eu não sei se seria possível, por isso pergunto aos servidores se poderia ser projetado o Projeto de Lei nº 2.519, que está em discussão, para a gente acompanhar um pouco os debates. Eu queria trazer algumas complementações, dentro do projeto de lei, que entendo serem proveitosas.

A primeira é sobre o art. 4º, II, que fala sobre a possibilidade de o Sisema contratar uma empresa externa independente para fiscalizar a segurança. Eu acho que essa é uma possibilidade e que já existem esses convênios e tal, mas talvez seja interessante colocar no projeto de lei a possibilidade de financiamento de universidades, preferencialmente, ou do próprio sistema público. A UFMG, por exemplo, fez uma aquisição gigante de equipamentos para análise de rejeitos, para análise de sedimentos, por conta do crime em Paraopeba, Brumadinho, e depois a Vale conseguiu extinguir várias perícias. Ou seja, temos equipamentos disponíveis, mas eles não estão sendo utilizados, como pensado inicialmente. Então isso poderia ser feito. Inclusive há vários professores aqui, hoje. Então seria bom a gente pensar em como se poderia talvez criar essa ciência que sirva para o povo, sirva para as comunidades, através de financiamento também do sistema público.

Temos ali, no art. 6º, IV e VI... O primeiro é o Portal da Transparência, que fala sobre ter os estudos, uma transparência ativa, que já é um dever dos órgãos públicos, através da Lei de Acesso à Informação. Mas eu acho que poderia ser acrescentada a questão da acessibilidade, de torná-los acessíveis, porque são documentos de 500 páginas, 200 páginas, que, às vezes, são de difícil acesso para a comunidade que não tem um preparo. Eles não são como os nossos colegas aqui, engenheiros, especialistas no tema, com formação. Então pensamos que poderia, às vezes, ser

feito um resumo, alguma coisa um pouco mais acessível sobre esses documentos.

Já o art. 6º, IV, fala sobre monitoramento do ar, da água e do solo. Eu incluiria o que já há no estudo de impacto ambiental sobre a fauna e a flora da região, que entendo ser também um indicador de mudança ambiental para pior; mas também e principalmente que os locais de monitoramento sejam definidos com a participação popular, porque, às vezes, a mineradora pode sugerir pontos de monitoramento distantes de onde vai acontecer o problema, e a comunidade conhece o território. Ela vai saber, às vezes, onde há uma pequena cachoeira, um pequeno riacho, uma nascente que não está mapeada. Quem vive no território sabe melhor onde pode ser monitorado, onde é de interesse também da comunidade, sabe, ainda, onde fica aquele lugar seguro para você frequentar.

Também quero falar sobre monitoramento de ar. Hoje em dia, falta, nacionalmente, um protocolo de monitoramento da quantidade de metais pesados no ar. O que temos hoje é monitoramento de poeira, para verificar se o ar está com muita poeira ou não, e esse não é o único problema. Às vezes, não tem poeira, mas tem metal pesado. Inclusive seria bom se houvesse a possibilidade de um requerimento da comissão no sentido de encaminhar para o SUS, em Minas Gerais, para a Secretaria de Estado de Saúde e até para o Ministério da Saúde, que atua em Minas Gerais, a solicitação desse protocolo de metais pesados no

ar. Mas também penso eu que os empreendimentos podiam ter um diálogo com a Secretaria de Saúde no sentido de observar o aumento de casos de doenças posteriores à instalação do empreendimento. São muito comuns problemas respiratórios, como asma, problemas de pele, coceira, enfim, uma série de questões que aparecem e, muitas vezes, podem estar relacionadas - ou não - ao empreendimento, já que, em muitos casos, isso tem aparecido. E há, ainda, outras questões, como sofrimento mental, câncer, e até situações que, às vezes, não estão relacionados com a poeira em si, a exemplo da violência contra a mulher. Ou seja, há uma série de questões que ambientes minerados apresentam.

Mais para o final... Quero comentar um pouquinho algumas leis que foram citadas - acho que foi na apresentação do Sandoval - do Programa Nacional de Defesa Civil. Quero dizer que hoje já há um consenso doutrinário também na área do direito de que existe um microssistema de proteção às comunidades atingidas, principalmente agora, depois que a gente conquistou a Peab, a Pnab, a Política Nacional de Atingidos por Barragens, mas também todo o microssistema de ações coletivas, o Código do Consumidor, a Lei de Ação Civil Pública, tudo que já era usado para proteger as comunidades. Mas agora nós temos mais legislações que formam um grupo que deve ser observado, inclusive para casos similares. A gente tem uma lei para atingidos por barragens, mas ir pelas cavas, ir pelas pilhas de rejeitos, tudo isso pode ser utilizado como um piso mínimo de garantia de direitos humanos, pensando em

quais são os danos geralmente ocasionados a essas comunidades e também quais são os direitos dessas comunidades. Agora, aconteceu o deslizamento da construção no Pará. Quais são os direitos que devem ser garantidos? Muita coisa já conta com essa *expertise* do Ministério Público, de várias ações civis públicas, mas é bom ter essa regulamentação.

Para ir finalizando, quero apontar duas questões que achei ótimas, do projeto de lei. Uma é o art. 9º, sobre o prazo de 6 meses para a regulamentação. Eu sei que, às vezes, é um desafio também para o poder público regulamentar, mas, muitas vezes, fica-se um ano sem regulamentação e, às vezes, quando vem uma regulamentação, ela é muito ruim, como no caso da segurança de barragens, em que a caução era um valor irrisório, que não conseguiria, de fato, reparar as comunidades. Então acho que é necessário, sim, colocar um prazo, mas também quero pedir que a regulamentação se dê com participação popular. Hoje há experiências incríveis no Brasil. Infelizmente, depois de condenações internacionais do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos, como o caso Sales Pimenta, que gerou o Grupo de Trabalho Sales Pimenta para proteção de defensores de direitos humanos, comunicadores e ambientalistas, e que contou com a participação da sociedade civil para propor uma política nacional, propor um plano nacional. Então, podem ser feitas regulamentações com a participação da sociedade civil. Isso facilita a interação, de forma que os servidores contem com técnicos da sociedade civil.

Eu acho que isso seria muito proveitoso. Hoje há situações em que a gente pede a participação e não consegue, como no caso da Política Estadual dos Atingidos por Barragens. Desde 2021, isso está travado. Faz quatro anos que a gente solicita participação, solicita andamento e, basicamente, a gente não sabe de nada, não sabe o que está acontecendo, se há algum rascunho, se não há.

Para finalizar, foi comentado pelos servidores da Feam sobre o portal dos estudos de impacto ambiental - EIA-Rima. A minha sugestão - não sei se isso pode constar no requerimento - é que só conste o título e a descrição do documento do EIA-Rima. Às vezes, fica difícil analisar, saber empreendimento é. A minha sugestão é que, no portal, conste o município e o empreendedor relacionado àquele documento. É uma informação básica, mas que ajuda muito a população a conseguir esse acesso. Por exemplo, coloquei ali Congonhas e não consegui achar nenhum. Mas, lógico, deve haver algum EIA-Rima relacionado a Congonhas. Talvez haja um mapa interativo que determine: "Esse EIA-Rima é desse lugar". A gente conseguiria acessar isso também; pode ser encaminhado. Há o LAB-MG - Laboratório de Inovação do Estado de Minas Gerais -, uma parceria com a Fundação João Pinheiro, que poderia talvez ser acionado. Existem recursos, há infraestrutura do Estado. Temos estruturas que poderiam ser utilizadas para conseguir inovar, facilitar o acesso à informação para a comunidade, para quem tem interesse.

Quero dizer que segredos industriais não podem ser invocados em situações de interesse público, de interesse ambiental. Você não pode invocar isso. Se for uma tecnologia industrial, tudo bem, mas o que a gente está querendo saber é: vai atingir a comunidade do entorno ou não? Quais são os impactos disso? Como vai ser feita essa operação e até quando? Qual é o cronograma? Como a atingida falou, a gente não sabe nem o prazo. Quando a gente vai voltar para a nossa casa? A gente vai ter reparação, mas quando a gente vai estar seguro, finalmente? É isso. Muito obrigado. Um boa audiência para a gente! (- Palmas.)

O presidente (deputado Tito Torres) - Obrigado, Arthur, pela contribuição. Vamos passar a palavra agora para o nosso último convidado, Wallace Alves de Oliveira Silva, presidente do Sindicato dos Servidores Estaduais do Meio Ambiente e da Arsae. Você tem a palavra, Wallace.

O Sr. Wallace Alves de Oliveira Silva - Obrigado, presidente. Quero saudá-lo pela condução não só desta reunião, como também da comissão. É muito importante pautar o projeto com a transparência com que ele está sendo pautado.

Deputada Beatriz Cerqueira, antevendo os desafios dos nossos tempos... Falar de segurança de barragem, no momento de mudança climática... Estou com uma sala cheia de engenheiros, e nós sabemos que usamos indicadores, índices de vazão pluviométrica, através de uma série histórica. Se eu estou com um clima completamente desregulado, esse trabalho histórico se

perdeu, e aquela barragem, que fora estruturada para aguentar um evento, vai ter que aguentar 2 vezes, 3 vezes a intensidade daquele evento. Então vai romper mesmo. A nova normalidade de uma barragem, tragicamente, pode ser o rompimento, não só por conta dessas novas condições, mas também pela falta de profissionalismo, de compromisso, de caráter, tanto de quem desenvolve a atividade, de quem fraudava laudos e não faz o acompanhamento devido, quanto de um governo omissivo, que não dá condições para que isso seja efetivamente implementado.

Diante desse desafio do novo normal - vídeo de rompimento de barragem todos os dias, no nosso celular -, esse tipo de projeto nos dá realmente uma esperança. Embora, realmente, eu venha trazer uma fala de esperança, depois de tantos anos, não tantos quanto de registro - 50 anos de engenharia e apenas 10 anos de Sistema Estadual de Meio Ambiente. E, nesses 10 anos, eu vi Sistema Estadual de Proteção à Biodiversidade ser implementado - palavras lindas na lei -, vi Política Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas ser implementada. Você olha aquilo e dá a maior emoção, uma vontade de chorar de tanto que é bonito! Há ainda política de saneamento. Enfim, políticas lindas e maravilhosas não faltam; falta dinheiro, vontade política, infraestrutura e disposição para fazer aquilo acontecer. Porque, se aquilo acontecer, certos interesses privados serão prejudicados, interesses que hoje possuem uma grande margem de lucro em exploração sem qualquer tipo de critério.

Quero agradecer-lhes e parabenizá-los por esse tipo de projeto, porque tensiona o Executivo a executá-lo - ou a ignorar, mais uma vez, o sistema de norma, para, depois, a gente ir atrás e responsabilizar. Quero saudar todas e todos que estão presentes e se pronunciaram. Por uma perspectiva, em alguns momentos, como servidor, a gente se sente até meio humilhado de ouvir isso. É duríssimo ouvir isso. Por quê? Saúdo os colegas da Feam que estão presentes. Quando ouço críticas à Feam, à Semad, ao IEF, ao Igam, eu não penso na cara do Romeu Zema, eu não penso na cara da secretária Marília, eu não penso em quem está na direção política; eu penso nas companheiras e nos companheiros que estão ao meu lado, todo dia, que são pessoas idôneas, que fazem um trabalho honesto, que têm uma qualificação técnica irrefutável e que brigam internamente para que algo decente seja feito. Mas não deixa de haver razão nessa denúncia que é feita; é preciso ser feita essa denúncia. A gente fica com a sensação de apanhar dos dois lados. A gente quer se unir ao coro da sociedade, exigindo essa estruturação, mas, ao mesmo tempo, quem acompanha o espaço, o Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam -, sabe que nós também somos violentados lá.

A primeira questão que eu gostaria de colocar, deputada, é: esta comissão precisa debater a formação do Copam. Pelas falas aqui, ficou muito claro que o Copam não representa a formação da sociedade mineira. (- Palmas.) A menos que, em Minas Gerais, 70% da população seja latifundiária ou mineradora, a proporção do

Copam está completamente desbalanceada. O Copam precisa ter mais representação da sociedade civil e menos representação... A fala é esta: menor número de cadeiras para agrossilvipastoril, mineração, indústria imobiliária e todas as outras atividades ditas como produtivas, porque, sem isso, nós não temos participação popular efetiva. Não adianta ouvir a população com os microfones ligados e, depois, na hora da decisão, essa população não estar lá respeitada e representada. Essa é a primeira questão, ou seja, esse debate precisa vir para cá, porque isso não é estabelecido em norma. A composição do Copam é estabelecida pelo governo, pelo Executivo. Inclusive, em 2022, as entidades ambientalistas que compõem o Copam, em massa, se retiraram desse espaço por ser inóspito.

Deputada, quero corroborar a fala do Prof. Bruno sobre o licenciamento ambiental das atividades de mineração. Esse licenciamento sofreu uma alteração, entre 2017 e 2018, na antessala do atual governo, que preparou as bases para o governo fazer o que vem fazendo desde então. O Decreto nº 47.383 e a Deliberação Normativa do Copam nº 217 fizeram com que haja a concomitância das etapas de licenciamento. Se antes eu tinha duas, três etapas para ouvir a população, agora, muitas vezes, isso é feito numa batelada, numa instância só. Muitas vezes, perdeu-se a oitiva de outros órgãos, perdeu-se a oitiva da sociedade, efetivamente, porque algumas deixaram de ter essa obrigação.

Para vocês terem uma ideia do impacto disso, peguem a progressão do número de licenciamento do Sistema Estadual de Meio Ambiente antes e depois dessa alteração legislativa. É claro que várias questões influenciaram isso. Nós tivemos concurso público em 2013, e a maturidade dos servidores que têm maior tempo de casa melhorou a análise dos processos, mas a retirada de certas atividades foi o melindre do sistema de licenciamento. A retirada de certas atividades produtivas abaixou o critério de licenciamento, em nível global das atividades, o que fez com que a gente conseguisse, efetivamente, vencer o acúmulo de processos de licenciamento. De lá para cá, gente, nós estamos acumulando... Eu digo isso em todo espaço para falar da infraestrutura que vai implementar essa lei, que vai fazer a fiscalização. De lá para cá, desde 2013, nós estamos sem concurso público - são 12 anos. Hoje nós temos a metade do efetivo que nós tínhamos em 2013. Os desafios ambientais aumentaram, enquanto diminuiu a nossa capacidade, como Estado, para dar uma resposta. Desde que o crime ambiental de Mariana aconteceu, desde que o crime ambiental de Brumadinho aconteceu, um servidor sequer foi contratado pelo Estado para estar nessa estrutura. Leis foram feitas, mas não se deu infraestrutura.

Vamos tentar entender o orçamento da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Você precisa... Lá, há dados, não há informação, não há transparência. Esses dados não se concatenam. Quer dizer, houve aumento do orçamento da Secretaria de Meio

Ambiente desde que aconteceu o crime da Vale ou a indústria de reparação, o dinheiro da reparação vem sendo substituído - refiro-me à receita que a secretaria tinha antes -, e agora esse dinheiro está indo para outro lugar a bel-prazer do governador. Se a gente não falar do dinheiro que vai para o Sistema Estadual de Meio Ambiente, essa aplicação se perde.

Focado no projeto, a primeira constatação, deputada Beatriz, é que existe um engenheiro de minas no Sisema. Quanto a engenheiro especializado nas atividades de mineração, nós temos um ou dois - se os diretores souberem, me corrijam -, mas completamente insuficiente. Isso se deve ao fato de que engenharia de minas é uma engenharia muito rara; há poucos profissionais formados. Com a grande demanda que existe, ninguém vai aceitar um salário de R\$4.000,00, quando o piso do Crea para engenheiro é oito salários mínimos. Como o deputado Tito Torres falou, a iniciativa privada oferece quatro, cinco vezes o nosso salário. É isso. Quem está aqui, assim como os professores, está pelo dinheiro e pela fama dentro da estrutura de Estado. Não, há 10 anos - há 15 anos, na verdade -, no meu primeiro ano de engenharia ambiental e sanitária, eu sabia que queria ser gestor público de política pública e meio ambiente. Eu sabia que eu não ia ser consultor. São escolhas de vida que a gente tem que levar para a terapia. Mas precisamos realmente fixar essa questão da vistoria periódica, principalmente em razão do § 2º do art. 4º, que o

companheiro também destacou, que permite que empresas e consultorias sejam contratadas.

A tendência que eu vi desse governo é que vai se deixar de fazer vistoria do nosso órgão para poder contratar. Inclusive, há um processo seletivo do ano passado, em relação ao qual nós estamos em processo de questionamento - o Ministério Público, até ontem, não falou nada sobre isso -, mas que contrata empresas de consultoria privada que tiveram ligação com o processo de mineração para atuar dentro da estrutura do Sistema Estadual de Meio Ambiente, analisando esses próprios processos de mineração. Não vou nomear o que é isso para não tomar mais processo. Mas, por favor, quando a gente imaginou que ia chegar a esse ponto?

Em relação à fala do companheiro Euler, do Fórum Permanente de São Francisco, no que diz respeito a essa questão da confusão da segurança de barragem, da política estadual de segurança de barragem, é uma questão que, para nós, servidores, no início, gerou uma grande angústia. Por quê? Se você faz uma análise detida dessa lei, você pode entender, sim, que o Sistema Estadual de Meio Ambiente precisa se responsabilizar pela segurança dessa barragem, e a Agência Nacional de Mineração, solidariamente, ao Sistema Estadual de Meio Ambiente. O órgão ambiental faz uma interpretação dessa norma, jogando a responsabilidade para a anotação de responsabilidade técnica dos próprios consultores, porque a gente não tem fôlego para fazer esse trabalho. Como eu disse, não temos profissional formado na

área, não temos número quantitativo e não temos recurso. O único jeito de proteger o servidor nessa análise é criar essa tese jurídica. Para mim, é uma tese jurídica, porque, com essa mesma norma, você poderia interpretar que é de inteira responsabilidade nossa a segurança dessas barragens. O problema não é normativo, é um problema de infraestrutura material. Enquanto isso perdurar, vai continuar essa justificativa.

Eu entendo a indignação de vocês; é nossa também. Quando a gente estava lendo a letra dessa norma, em 2019, eu estava no Núcleo de Controle Ambiental, no Triângulo Mineiro, e fui um dos que falei: "Eu não analiso isso, eu não tenho especialização para analisar isso, eu não sei fazer essa análise". Eu convido os deputados a olhar um requerimento que a deputada Andréia de Jesus mandou para o Sistema Estadual de Meio Ambiente, salvo engano em 2021. Ela pediu, na Comissão de Direitos Humanos, que a Semad se manifestasse sobre o estado de segurança de todas as barragens do Estado. Eu fui um dos analistas. Há parecer meu lá falando sobre a segurança das barragens. Nós, internamente, fomos orientados e nos orientamos dessa forma. No tocante à segurança da barragem, a gente ia mencionar que existe ART, e é do técnico da consultoria que fez. Porque, honestamente, gente, eu abri os estudos e alguns deles eu mal consegui compreender do que se tratava. Não é porque você tem a formação que não é preciso haver investimento em curso, em capacitação em outros profissionais, em interdisciplinariedade das nossas funções. No Sisema não existe isso, só no papel. Você

toma o processo e ele é seu. Não colocam uma equipe efetiva à disposição, ou seja, um biólogo, um geógrafo, um geólogo e por aí vai.

Eu acho que a minha síntese é esta: uma categoria com pouco mais de mil servidores públicos, há 12 anos sem concurso, sem reajuste - a inflação já comeu 71% do nosso poder de compra. E ainda amarga este tipo de situação: ver no noticiário o não resultado do nosso trabalho, através do rompimento dessas tragédias que a gente acompanha e dos crimes que são feitos, mas também nesses espaços de notar a reação da sociedade e perceber que só com a sociedade organizada desse jeito, de maneira técnica e aguerrida, como vocês, a ponto de ir para a Secretaria Nacional para poder obter uma informação. É isso que está nos salvando de estar numa situação de barbárie completa, porque, realmente, se depender do governo do Estado, até hoje, são sete anos de ausência, cumprindo o projeto de campanha de 2018 de extinção do Sistema Estadual de Meio Ambiente e sua subjugação às atividades produtivas. Obrigado.

O presidente (deputado Tito Torres) - Obrigado, Wallace, por suas palavras e colocações. É sempre importante a sua fala, para que realmente a gente cobre do governo do Estado mais efetivo, melhores condições de pagamento aos servidores. E é o que a gente espera. A deputada Beatriz foi uma das que mais lutou para que a gente conseguisse isso, graças também ao apoio do nosso presidente Tadeu, junto ao senador Rodrigo Pacheco, e o Propag. E

agora a gente espera realmente que o Propag entre em vigor, que não penalize o servidor e que o Estado não tenha desculpa de não dar reajuste aos servidores.

Eu vou passar a palavra, rapidamente, ao Julio para que ele faça a sua consideração. Logo depois, eu passo a palavra à deputada Beatriz Cerqueira para a gente poder encerrar esta audiência. Tem a palavra.

O Sr. Julio Cesar Dutra Grillo - Muito obrigado. Antes de mais nada, parabéns a você, parabéns pela sua fala fantástica, fantástica mesmo, muito boa. Eu queria reforçar uma coisa que eu disse. Os nossos conselhos, quer dizer o Copam, Conselho de Política Ambiental do Estado, tem 3/4 dos seus representantes diretamente ligados aos (- Inaudível.) de interesses econômicos. Há uma ação civil pública do Ministério Público, de 03/12/2020, questionando a formação dos conselhos. Isso foi para a Justiça, ficou cinco anos dentro de uma gaveta, e depois eles devolveram essa ação. Como ele colocou, se for possível, por parte da Assembleia Legislativa, voltar a esse tema, soltar um projeto de lei, trabalhando essa questão dos Conselhos de Política Ambiental do Estado, quer dizer, não apenas o Copam, mas também as suas câmaras, do ponto de vista de representatividade...

Porque hoje a realidade é a seguinte: a sociedade civil faz parte desses conselhos para referendar o que já foi deliberado anteriormente. E se a Semad hoje não tem competência para questionar as autodeclarações sobre as quais se baseiam o sistema

de licenciamento, a voz da sociedade deveria ter algum valor nesse questionamento, e não tem. Como você disse, nós tivemos que pedir para sair dos conselhos, porque nós estávamos fazendo papel de trouxa. Hoje é um teatro, é um teatro. Nós precisávamos que os conselhos de meio ambiente deixassem de ser um teatro. É isso. Muito obrigado. Desculpe o tempo. (- Palmas.)

O presidente (deputado Tito Torres) - Obrigado, Julio, pela contribuição. Pode ter certeza de que isso será tema de discussão da comissão. Passo a palavra à deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira - Presidente, a minha fala final desta audiência é uma fala de agradecimento. É um exercício, gente: a democracia dá mais trabalho mesmo. O autoritarismo tem toda a sua violência e é menos trabalhoso no sentido de que você não escuta, você não reúne e você ignora a sociedade civil. A democracia dá um tiquinho de trabalho, mas é o que vale a pena. O processo feito aqui, hoje, foi riquíssimo na sua diversidade, naquilo que precisa permanecer no projeto, naquilo que não precisa, nos cuidados que nós precisamos ter, em relação a quem já está estudando o assunto antes e, portanto, tem toda uma contribuição técnica, em relação à escuta das pessoas de comunidades que viveram, vivem a insegurança, a instabilidade pela falta de uma norma que, inclusive, possa ser referência para os órgãos na fiscalização, no cumprimento de uma legislação, o que nós não temos no Estado. Eu quero agradecer a todo mundo que fez

com que esta audiência cumprisse uma função importante do Parlamento mineiro.

Eu quero reforçar o pedido que eu já fiz na Comissão de Constituição e Justiça: que esse projeto possa ser rapidamente pautado e votado. De fato, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, de dezembro até a data de hoje, não tinha respondido a uma diligência simples, uma diligência que, regimentalmente, teria um prazo de cinco dias. Eu já denunciei, à época em que isso aconteceu, que o objetivo do pedido de diligência não foi ouvir o governo; o objetivo foi impedir a aprovação do projeto ainda no ano passado. Então houve uma pressão. Todos nós sabemos das pressões que são feitas. Eu costumo falar, pelos corredores - vamos dizer "corredores", porque fica bem didático, não é? -, sobre o *lobby* que é feito para que projetos que regulem, fiscalizem e sejam rigorosos tramitem e sejam aprovados com a eficiência necessária. Aprovar coisas que não vão resolver nada não é preciso, não é? Não somos bobos de achar que algo genérico, para ser regulamentado depois, daria conta disso. Não dará conta. Então acho que vocês... Esse foi um debate importantíssimo.

O outro debate que nós fizemos, se não me engano, foi com a comunidade de Santa Rita. Nós apresentamos requerimentos pelo fortalecimento dos servidores públicos da Agência Nacional de Mineração, sobre salário, sobre carreira, sobre concurso público. Sou defensora do concurso público e do fortalecimento do Estado. Acho que falas como a sua ilustram o quanto é importante

fortalecer o serviço público. Quem paga a conta do enfraquecimento do serviço público é a população, a sociedade civil.

Passando a um assunto que não tem nada a ver com o nosso debate - e eu prometi que seria breve -, ontem, com a deputada Bella Gonçalves e com deputado Lucas Lasmar, fizemos uma visita técnica ao João XXIII. Eu acho, deputado Tito Torres, que boa parte dos nossos colegas talvez não compreenda a dimensão do que está acontecendo, hoje, com a população. Esse é um serviço público de saúde que, em vez de ser melhorado, é fechado para ser privatizado. A pauta da Comissão de Direitos Humanos foi esta: o fechamento do Hospital Maria Amélia Lins para ser privatizado, para ser entregue a grupos econômicos privados. A privatização da saúde é um grande filé, no sentido financeiro. É também um grande filé a privatização de escolas. Os setores em que o Estado deveria cumprir a sua função estão sendo entregues. O edital de privatização é de doação, gente: doação do imóvel, dos equipamentos. Se fosse possível, doariam até os servidores, mas não se pode fazê-lo - isso por enquanto, porque pode ser que chegue algum projeto do governo que possibilite doação até de servidor.

Foi uma crueldade o que vimos. Uma idosa de 79 anos deveria fazer uma cirurgia simples no ombro há 15 dias. Você entra no hospital e vê, além das macas nos corredores, pessoas que não sabem quando farão uma cirurgia. As pessoas começam um jejum - esse foi outro relato que recebemos - e não sabem a que horas

farão a cirurgia. Encontramos pessoas que estavam há 48 horas sem se alimentarem, dentro do hospital, porque as cirurgias poderiam ser feitas a qualquer momento.

Neste debate sobre o fortalecimento do serviço público, eu usei um exemplo, porque sempre aproveitamos o microfone para trazer a vida das pessoas para o espaço político. O fortalecimento do serviço público é fundamental. Não fortalecer o serviço público na área ambiental é um projeto, não uma falha. Quanto menos fiscais e quanto menos servidores o Sisema e a sociedade tiverem, mais o poder econômico atuará de forma livre. Depois, a reparação já será uma política, como se ela desse conta. Isso fica mais barato. Na CPI do crime da Vale em Brumadinho, vimos que eles fizeram a conta: para a Vale, era mais barato reparar do que evitar que o crime acontecesse. Tanto é assim que o refeitório dos funcionários foi construído na rota da lama, e foi exatamente isto o que aconteceu: a Vale assassinou os seus próprios funcionários, não é?

Quero muito agradecer. Isso foi muito importante. Quero pedir que vocês não percam a paciência, aliás, a esperança. A esperança pode vir junto com a indignação, gente; não é uma coisa ou outra. Tragam a indignação para cá, não deixem este Parlamento sozinho. Este Parlamento tem que ser fiscalizado, vigiado e acompanhado todos dias, em todas as pautas. Senão, não há jeito. Os grupos que têm objetivos diferentes dos nossos fazem isso, então nós também precisamos fazê-lo.

A respeito dos encaminhamentos, eu queria...

Primeiramente, conversando com o presidente, acho que a gente poderia fazer uma audiência conjunta com a Comissão de Segurança Pública, na qual o projeto também tramitará. Para essa audiência, a gente chamará a Defesa Civil e os outros órgãos, para que eles também tragam a sua contribuição. Esse é o primeiro encaminhamento.

O segundo encaminhamento é: se o Sinsdsema topar, acho que valeria a pena fazer uma nova audiência - seria nova porque outros colegas já fizeram. Enquanto isso não se resolve, a gente tem que continuar conversando, pois aquilo que não é falado ao microfone não é escutado. Talvez pudéssemos, então, fazer uma nova audiência sobre a carreira dos servidores. Nós não podemos abandonar esse debate, que não é só sobre o reajuste. O reajuste, sozinho, às vezes não consegue resolver uma carreira tão sucateada. É um encaminhamento desta audiência... Isso se o presidente permitir. A gente já fala assim, ao vivo. Cada um tem as suas estratégias. Isso dá muito certo aqui; conseguimos fazer os nossos debates. Eu acho que vale a pena a gente fazer essa audiência nesta comissão.

Topo... O Julio Grillo começou a fazer o debate sobre os conselhos. Acho que é necessário retomá-lo, fazendo um balanço da composição dos conselhos de política ambiental no Estado, na perspectiva da sociedade civil. Se o presidente aceitar que façamos esse debate nesta comissão... Com base nesse debate, a

gente vê quais encaminhamentos e proposições podem ser feitos. Esse é o terceiro encaminhamento. Acho que vale a pena trazer para o debate as consequências da legislação estadual que estabelece o licenciamento concomitante.

Acho que também é possível fazer os debates semanais. O da semana que vem já está definido: será sobre a linha férrea da Região Metropolitana de Belo Horizonte, o que foi trazido pela Joana. A gente vai seguindo, com paciência, teimosia. Ontem participei de uma Mesa de debate cujo assunto era: fazendo a memória das mulheres que enfrentaram a ditadura militar. Temos que cuidar da nossa memória, senão a história se repete, não é, gente? Há um risco de repetição. Mesmo cuidando da memória, já se corre o risco de repetir a história. Uma mulher maravilhosa falou isto: "Teimososa", e eu gostei. (- Ri.) A gente tem que teimar pelo tempo que for necessário.

Essas são as minhas considerações, presidente, considerando o horário, considerando que temos reunião de Plenário e que há a reunião da Comissão de Administração Pública - APU - daqui a alguns minutos. Tenho que dar trabalho lá também, não é? Não dou trabalho só na Comissão de Meio Ambiente, da qual nem sou membro efetivo. Sou uma simples suplente da comissão. Na APU, sou titular, então tenho que gastar energia para dar mais um tiquinho de trabalho. É dando trabalho que a gente vai melhorando esta sociedade.

Muito obrigada a todos vocês. Se vocês têm posicionamento técnico ou contribuições, encaminhem para nós. Ao encaminhá-los para a tramitação do projeto, isso se torna público. Todos os deputados têm acesso a isso. É assim que a gente disputa o conteúdo, na perspectiva do que é importante para a gente. (- Intervenção fora do microfone.) Como, perdão? (- Intervenção fora do microfone.) Por correspondência. Podem encaminhar por correspondência para a Assembleia. Pelo *site*, você vai deixar a sua opinião, o que também é bacana, porque eles também formam opinião contra a gente. Por exemplo, a gente observou que houve uma campanha contra a proteção da Pedra Grande. Como alguém vai até o *site* da Assembleia Legislativa e é contra a proteção da Pedra Grande? Sim, existem essas pessoas. A gente observa, às vezes, que há um movimento coordenado. No *site*, então, é importante dar a opinião. No caso da tramitação do projeto, encaminhem a correspondência ao presidente da Assembleia ou ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Pode ser assim também? O projeto está lá. Solicitem que esse posicionamento, essa nota técnica e essa contribuição sejam anexados à tramitação do projeto. Acho que isso é importante.

Então, presidente, muito obrigada. Muito obrigada a todas as pessoas. Vamos seguir firmes até que o projeto seja aprovado, mas que seja um projeto que responda às nossas necessidades. Enquanto isso não acontecer, a gente continuará

batalhando, dia a dia, na Assembleia Legislativa. Muito obrigada.

(- Palmas.)

O presidente (deputado Tito Torres) - Muito obrigado, deputada Beatriz. Ela dispunha de 1 minuto, e foram 10, mas está tranquilo. Para finalizar, agradeço a presença de todos: dos servidores do Estado; da ANM; do Crea-MG; da sociedade civil. É importante debater esse assunto, e teremos outras audiências nesse sentido. É de extrema importância esta audiência. A Assembleia está mobilizada nesse sentido. Temos que fazer essa regulamentação e trazer mais segurança para nossa sociedade. Sem sombra de dúvida, esperamos que rapidamente ocorra a aprovação desse projeto.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença da parlamentar, convoca os membros da comissão para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos. Bom almoço a todos.